

# Comissão Central de Pós-Graduação

## CCPG



# Ata

## 386<sup>a</sup> Reunião Ordinária

11/08/2021

**Sala Virtual**

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEXTA (386ª) REUNIÃO DA COMISSÃO**  
2 **CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO.** Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte  
3 e um, às nove horas, em sala Virtual do Google Meet, reuniu-se a Comissão Central de Pós-  
4 Graduação (CCPG), sob a Presidência da Professora Doutora **RACHEL MENEGUELLO** e com  
5 o comparecimento dos seguintes Membros: Amanda Rios Ferreira (Representante Discente  
6 FEA), Ariovaldo José da Silva (FEAGRI), Aurelio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC), Bárbara  
7 Geraldo de Castro (IFCH), Cláudia Vianna Maurer Morelli (FCM), Douglas Fernandes Barbin  
8 (FEA), Enelton Fagnani (FT), Heloísa Helena Pimenta Rocha (FE), João Batista Fogagnolo  
9 (FEM), Karina Gonzalez Silvério Ruiz (FOP), Luiz Fernando Bittencourt (IC), Marcelo El Khouri  
10 Buzato (IEL), Marcelo Lancelotti (FCF), Marcos Julio Rider Flores (FEEC), Maria Helena de  
11 Melo Lima (FENF), Marko Synesio Alves Monteiro (IG), Mauro Cardoso Simões (FCA), Murilo  
12 Miranda Vasconcelos Viana (Representante Discente FOP), Nelson Henrique Morgon (IQ),  
13 Orlando Luis Goulart Peres (IFGW), Pedro Maciel Guimarães Junior (IA), Renato Barroso da  
14 Silva (FEF), Renato Vicentini dos Santos (IB), Rosângela Ballini (IE), Sávio Souza Venâncio  
15 Vianna (FEQ) e Tiago Zenker Gireli (FEC). Esteve presente Prof. Marcelo Brocchi substituindo  
16 Prof. Leonardo Tomazeli Duarte (Representante PRP). Estiveram presentes Professores Jacks  
17 Jorge Junior, Daniel Zanchet, Claudia Regina Cavaglieri, Helena Teixeira Godoy e Caroline Joy  
18 Steel, da Comissão de Integridade em Pesquisa Científica (CIP), Sr. Fernandy Ewerardy de  
19 Souza (Diretor DAC), Profa. Altair Antoninha Del Bel Cury (Assessora PRPG), Prof. Elias Basile  
20 Tambourgi (Assessor PRPG), Sra. Marli Padovan de Souza (Coordenadora de  
21 Serviços/Diretoria Administrativa e Financeira), Sra. Bárbara Maria Longo Lahr Gonçalves  
22 (PED-PRPG), Sra. Marcela de Souza Pellegrin (PED-PRPG), Sra. Cristina Ferreira de Souza  
23 (AT da PRPG), Sra. Silvana Milanin Mendes (Coordenadora de Serviços/Diretora de Assuntos  
24 Acadêmicos) e Sra. Juliana Cristina Barandão (AT da CCPG). Havendo número legal, a **Sra.**  
25 **Presidente** deu início à reunião cumprimentando os presentes e informando que a reunião  
26 estava sendo gravada e realizada de maneira remota, por causa dos cuidados com a  
27 pandemia. Informou as substituições e apresentou e deu boas-vindas aos novos membros da  
28 CCPG, o Prof. Luiz Fernando Bittencourt, como coordenador da CPG do Instituto de  
29 Computação e a Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha, como Coordenadora da CPG da  
30 Faculdade de Educação. Informou que estava para aprovação da Ata da Trecentésima  
31 Octogésima Quarta (384ª) Reunião Ordinária da CCPG, realizada em 16/06/2021. Informou a  
32 solicitação de correção, pelo Prof. Orlando, na linha 15, da página 21, onde constava Orlando  
33 Peres deveria constar Orlando Luís Goulart Peres. Perguntou se mais alguém gostaria de se  
34 manifestar. Não havendo, colocou a Ata em votação, com favoráveis permanecendo como

1 estavam e contrários ou abstenções se manifestando pelo chat, que foi aprovada com duas (2)  
2 abstenções. Informou que faria uma inversão da Pauta e iniciaria com a apresentação do Prof.  
3 Jacks, como convidado, para falar sobre integridade em pesquisa. Perguntou se todos  
4 concordavam com a inversão da pauta. Não havendo manifestações, disse que iria inverter a  
5 pauta. Agradeceu a presença do Prof. Jacks e demais membros da Comissão. Disse que era  
6 um assunto sempre fundamental e central para todos na Universidade e na Pós-Graduação.  
7 Passou a palavra para o Prof. Jacks. O **Prof. Jacks Jorge Junior** agradeceu à Profa. Rachel e  
8 à Profa. Altair, pela oportunidade. Explicou que não iria falar exatamente sobre as boas  
9 práticas, que aquilo eles já conheciam, e esperava que tivessem outra oportunidade com um  
10 pouco mais de tempo para falar sobre o assunto. Disse que naquele dia iria falar mais  
11 especificamente sobre a comissão, o que ela fazia e, ao final, pedir a ajuda de todos.  
12 Comentou que a comissão surgiu no âmbito da PRP e, possivelmente, um ou outro docente já  
13 tinha visto ou ouvido, mas talvez dentro da PRP não tivessem o mesmo alcance que teriam na  
14 PRPG. Disse que não tudo, mas uma porção substancial da pesquisa da Unicamp era feita no  
15 âmbito da Pós-Graduação, reconheciam aquilo e o fato de que grande parte da educação, da  
16 formação científica dos alunos de pós-graduação, obviamente, ocorria no âmbito dos cursos e  
17 atividades de Pós-Graduação. Disse que iria compartilhar a apresentação na tela e,  
18 logicamente, não conseguiria acompanhar o chat, então, se alguém quisesse perguntar alguma  
19 coisa, pediu que o fizesse diretamente no microfone. Apresentou o site da Comissão de  
20 Integridade em Pesquisa (CIP), um órgão criado a partir da Deliberação CONSU 049/2020, em  
21 outubro, com início do funcionamento em novembro, com um ano de estrada. Disse que  
22 naquele período tentaram fazer a divulgação das atividades da comissão, que vinha  
23 basicamente com duas grandes ações, à similaridade de todas as outras comissões daquele  
24 tipo, que existiam no Hemisfério Norte, particularmente nos Estados Unidos, Canadá, e em  
25 grande parte da Europa. Tinham a finalidade de promover a cultura de integridade ética em  
26 pesquisa, que eram feitas em duas ações principais, e iria acrescentar uma terceira, que era  
27 exatamente onde gostaria de ter a ajuda da CCPG, além de participação nas duas primeiras. A  
28 primeira grande ação era divulgar o tópico das boas práticas da integridade de pesquisa, por  
29 meios de ações educativas, disseminação e de orientação. Disse que estavam fazendo e  
30 gostariam de continuar fazendo até com mais intensidade na forma de todas as ações que  
31 constavam na apresentação. Disse que também estavam fazendo palestras, recentemente,  
32 promoveram participação em fóruns permanentes da Unicamp, que foi um evento muito  
33 interessante na semana anterior. Faziam consultas e bate-papo com pesquisadores que tinham  
34 dúvidas com relação à integridade, ministraram disciplinas em graduação e pós-graduação, até

1       aquele momento mais na pós-graduação. Tinham atividades nos eventos de recepção de  
2       alunos de pós-graduação, faziam apresentações super curtas de cinco minutos em  
3       congregações e propunham fazer treinamentos, workshops, seminários e tudo mais que  
4       pudessem fazer para divulgar a temática da integridade em pesquisa. Um segundo foco de  
5       ação da comissão, que gostariam que não fosse o mais importante, mas ele precisava existir,  
6       era a questão do acolhimento das denúncias de má conduta e má prática científica. Naquele  
7       sentido, a comissão trabalhava num processo em dois estágios, recebiam as denúncias,  
8       fossem identificadas ou anônimas, e aquelas denúncias passariam por uma fase de avaliação  
9       inicial, que seria feita por volta de uma semana, onde analisariam se aquela denúncia tinha  
10      algum grau de consistência, se tinha alguma coisa efetiva ou se tratava apenas de um engano  
11      ou, eventualmente, de algum mal-entendido. Se fosse um engano, aquela denúncia seria  
12      arquivada e se houvesse alguma consistência ou evidência, a denúncia seguiria para uma  
13      análise sequencial, estruturada, frequentemente utilizando as assessorias *ad hoc*, assessorias  
14      especializadas, avaliações técnicas. A partir daquele momento, depois de um tempo variável,  
15      emitiam um parecer sobre aquela denúncia. Disse que era importante destacar que a CIP não  
16      tinha nenhum poder de punição. Faziam a análise técnica da denúncia e depois encaminhavam  
17      via PRP. Informou que a CIP sempre trabalhava com suporte das assessorias *ad hoc* e da  
18      Procuradoria Geral da Unicamp. Na primeira ação, que era a questão educativa, pedia a  
19      ajuda para levar aquela discussão até as comunidades, até os grupos de pesquisa na  
20      Unicamp, para que pudessem entender um pouco melhor. Disse que já estava proposto no  
21      regulamento da CIP “pacotes” de conteúdo que seriam disponibilizados para diversos setores  
22      da comunidade de pesquisa da Unicamp. Possivelmente, grande parte daquele conteúdo seria  
23      em formato EAD, que pretendiam que fossem de uso quase que universal nos diversos setores  
24      e, eventualmente, ações também presenciais que entendiam super relevantes e que o formato  
25      EAD nunca supria tudo o que era necessário no sentido de formação e integridade. Disse que  
26      não conseguiriam propor no sentido universal, mas, certamente, para uso em situações  
27      específicas. Na segunda ação, que seria o acolhimento, pediu a ajuda para a divulgação na  
28      comunidade, particularmente no sentido de informar à comunidade que existia aquela  
29      comissão e que ela estava disponível para interação. Disse que a comissão não tinha a função  
30      das direções das unidades, que era o poder executivo que tinha o poder de receber as  
31      denúncias, estava dentro do escopo das suas ações e não pretendiam, de forma nenhuma,  
32      superpor, o seu interesse era interagir com as direções das unidades, setores de pós-  
33      graduação e de pesquisa, para facilitar o processo de acolhimento e averiguação das  
34      denúncias. Por fim, disse que o item mais relevante e que entendia que não conseguiriam fazer

1 sem a ajuda da CCPG, que constava no Regimento da CIP, era uma função bem específica  
2 ligada à questão da política institucional de integridade em pesquisa na Unicamp. Comentou  
3 que já embutiram naquele regimento revisões periódicas daquela política, justamente por  
4 entender que ninguém, em sã consciência, poderia se arvorar a compreender todo escopo de  
5 pesquisa e a forma como os pesquisadores das várias áreas utilizavam as metodologias e  
6 abordagem de pesquisa, entendiam que era uma boa política institucional. Disse que fizeram o  
7 melhor possível e entendiam que o regulamento proposto era bastante amplo, abrangente, mas  
8 gostariam de escutar a comunidade e para aquilo precisariam da ajuda dos membros da  
9 CCPG. Disse que pretendiam ir a todas as unidades da Unicamp, de certa forma, não somente  
10 apresentar didaticamente ou detalhadamente o que era a política institucional de boas práticas  
11 de integridade em pesquisa na Unicamp, mas também colher as sugestões da comunidade,  
12 diante da sua variedade, da sua riqueza e, a partir das sugestões, dos comentários e críticas,  
13 verificar os pontos daquela regulamentação que precisavam de ajustes ou melhorias. Disse  
14 que imaginava que a forma mais comum e a mais prática seria enviar o material, agendar uma  
15 reunião e, posteriormente, fazer uma apresentação mais detalhada e uma discussão dos  
16 pontos principais. Disse que também estavam pedindo a ajuda no sentido de recomendarem  
17 ou sugerirem os nomes dos docentes e pesquisadores das várias unidades que já atuavam em  
18 campos similares a aquele, tanto no campo diretamente da integridade em pesquisa, em  
19 alguns lugares havia docentes trabalhando com boas práticas em pesquisa, com ética ou com  
20 bioética. Na questão da pesquisa científica, existiam muitos pesquisadores que atuavam em  
21 metodologia científica e até alguns docentes que atuavam na questão das políticas editoriais  
22 das revistas científicas. Disse que gostaria de deixar aquele pedido a todos os coordenadores  
23 para que os ajudassem naquele sentido. A comissão, naquele momento, tinha a composição  
24 de oito membros de várias áreas da Unicamp e indicou os e-mails e contato por telefone na  
25 página da Comissão. Disse que seria um prazer conversar com os presentes e que estava à  
26 disposição para qualquer questionamento ou dúvida inicial. Reforçou que o objetivo maior não  
27 era somente divulgar, mas também tentar apurar o sentimento geral dos pesquisadores da  
28 Unicamp, no sentido do que realmente era uma política de integridade, o que seriam práticas  
29 adequadas de pesquisa na comunidade científica da Unicamp. A **Sra. Presidente** agradeceu  
30 ao Prof. Jacks e disse que faria uma rodada de perguntas, que vários membros estavam  
31 levantando a mão, inclusive ela. Disse que a primeira inscrita era a Profa. Bárbara. A  
32 conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** disse que a Profa. Rachel poderia iniciar. A  
33 **Sra. Presidente** respondeu que iria falar na sequência das inscrições das falas, que eram  
34 perguntas tanto quanto os demais. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro**

1 agradeceu e disse que queria começar cumprimentando os presentes. Agradeceu ao Prof.  
2 Jacks pela liderança do projeto, que era superimportante e relevante na universidade. Disse  
3 que acompanhou o fórum, que teve uma programação muito bem realizada e que tiveram um  
4 grande sucesso e parabenizou a organização do evento. Perguntou se os vídeos iriam ficar  
5 disponibilizados, porque achava que seria importante para a comunidade científica. Disse que  
6 indo direto ao ponto, tinha duas preocupações que gostaria de pinçar e aproveitar o momento  
7 que era de diálogo direto com ele, que estava presidindo a comissão, em nome das Ciências  
8 Humanas. Disse que compôs, como parecerista, o CEP, quando ainda não tinha o CEP de  
9 Ciências Humanas e Sociais, o CHS, que depois fez parte da coordenação como segunda vice  
10 coordenadora durante dois ou três anos, acompanhando a sua fundação, junto com o Prof.  
11 Roberto. Disse que a primeira preocupação que queria trazer e expressar era com relação ao  
12 espaço de comunicação das denúncias que eram recebidas para os pesquisadores que  
13 estavam envolvidos naquelas denúncias. Disse que falava a partir de um caso muito delicado  
14 que aconteceu no IFCH e que pôde acompanhar de perto, por ter sido parte do CEP as  
15 pessoas sempre a procuravam para tirar dúvidas e tentar entender mais ou menos o que  
16 estava acontecendo. Disse que a comunicação foi muito desastrosa, no sentido de que a  
17 denúncia chegou, e ela foi imediatamente comunicada em forma de e-mail dizendo que havia  
18 uma denúncia de que houve uma má prática científica, aquilo quatro anos atrás, como se já  
19 estivesse sendo aberta uma sindicância, e as pessoas não entendiam muito bem o que estava  
20 acontecendo, e aquilo, levou a um adocimento daquele estudante de mestrado, e, na  
21 verdade, constituía uma disputa política do campo. Era um estudante de antropologia que  
22 estava fazendo uma pesquisa que envolvia uma série de disputas políticas, que envolvia um  
23 lado e outro, que as falas foram mal interpretadas. Disse que obviamente não iriam fazer uma  
24 apuração anterior, mas queria entender um pouco aquelas etapas de como seria comunicado  
25 aos envolvidos. Tinha aquela preocupação que trazia da comunidade de Ciências Humanas e  
26 Sociais e como aquilo tinha aparecido. Outra questão era relativa àquilo mais diretamente.  
27 Sabia que os CEPs tinham aquela consolidação nas áreas, não de Ciências Humanas da  
28 Unicamp, que tinha um trabalho histórico que vinha sendo realizado há muitas décadas na  
29 universidade, mas na comunidade de Ciências Humanas e Sociais ainda tinha uma certa  
30 resistência também por conta das disputas que aconteceram no momento da implementação  
31 da Resolução 510. Perguntou como o CIP poderia pensar em parceria com as unidades, em  
32 desconstruir um pouco aquele lugar da resistência, em trabalho também com o CEP. Queria  
33 entender um pouco como estava o envolvimento dos CEPs na Comissão de Integridade. E  
34 aproveitando para perguntar de uma reivindicação histórica que não sabia como estava

1 acontecendo, mas era um trabalho hercúleo, e achava que talvez outras pessoas tivessem feito  
2 parte do CEP, se lembrava de o Prof. Marko ter feito parte com ela, de gratificação dos  
3 coordenadores, porque era superdifícil conseguir pessoas nas Ciências Humanas que tivessem  
4 o compromisso de participar, justamente por conta daqueles desafios políticos. Disse que  
5 gostaria de saber se tinham notícias daquilo pela PRP, enfim, de uma gratificação, e que queria  
6 muito parabenizar e, de pronto, dizer que iria conversar com a direção do IFCH e tentar  
7 organizar também um evento maior com a presença da CIP para espalhar um pouco aquela  
8 notícia. Agradeceu. O **Prof. Jacks Jorge Junior** respondeu que iria tentar pontuar tudo, mas  
9 se deixasse de responder algum aspecto, que o cobrasse no final. Primeiramente, agradeceu a  
10 participação no fórum. Disse que foi um evento que ficaram muito feliz e triste ao mesmo  
11 tempo. Comentou que perderam o Prof. Roberto Romano, pelo qual tinha uma admiração  
12 muito grande, uma pessoa que representou muito na sua formação. Disse que era da área da  
13 Saúde, mas, por alguma razão, meio que saiu do seu rumo uns anos atrás, e particularmente  
14 aquilo aconteceu porque se envolveu com comitês de ética em pesquisa, que desde 1997  
15 estava em comitês em pesquisa. Comentou que levaram o Prof. Romano para dar palestras na  
16 FOP para o pessoal do CEP, e ele representava muito para ele e foi uma enorme perda. Disse  
17 que se passassem os olhos sobre a distribuição dos temas e a composição das mesas do  
18 Fórum, veriam que elas foram selecionadas evitando claramente um foco excessivo na questão  
19 metodológica ou na questão estritamente associada com as áreas, por exemplo, de saúde,  
20 que, querendo ou não acabavam ocupando muito o espaço nas comissões de integridade em  
21 pesquisa, porque muitas das denúncias eram oriundas da área de saúde, porque a relação era  
22 muito direta, o número de participantes era muito grande nas pesquisas, então, acabava tendo  
23 maior chance mesmo de haver denúncias. Comentou que o Prof. Roberto por uma razão  
24 pessoal acabou não estando na abertura do evento, que ele era uma pessoa extremamente  
25 destacada na composição para o comitê, que o regulamento da CIP tinha muito a ver com o  
26 pensamento do Prof. Roberto, que todos sabiam, era da área de Humanas, que era sociólogo e  
27 atuava na área de Sociologia. Disse que, pessoalmente, acreditava muito que precisavam fazer  
28 aquele gesto, aquela ação no sentido do envolvimento da comunidade como um todo, porque  
29 se pensassem exclusivamente ou predominantemente na questão das áreas de saúde ou das  
30 biológicas, que já tinham um bloco histórico não somente na Unicamp, mas também fora, que  
31 contemplava muito do que se entendia de boas práticas em pesquisa na área de Saúde e de  
32 Biologia, nas áreas biológicas, mas achava que ainda ficava a dever nas áreas de Sociais e  
33 Humanas, por uma questão histórica. Assim como no CEP, que sabiam que começou muito na  
34 questão das áreas Biológicas e de Saúde, e, gradualmente, aquele processo acabou

1 incorporando as ideias, as formas e os fazeres da área de Sociais e Humanas, achavam que  
2 aquele processo teria de ser feito também na questão das políticas de integridade. Disse que  
3 tentaram fazer o melhor possível, mas, mesmo assim, queriam escutar as unidades justamente  
4 porque acreditavam que aquele processo de abertura, de escuta, era essencial se quisessem  
5 efetivamente incluir a Unicamp como um todo e não incluir parte e a outra ficar periféricamente,  
6 somente sendo envolvida no processo. Queriam que o envolvimento fosse ativo e a  
7 composição da CIP foi pensada inclusive naquele sentido. Tinham os participantes que eram  
8 das áreas Sociais e Humanas na composição da comissão e eles participavam muito, não  
9 havia nenhum tipo de restrição naquele sentido. Disse que a Profa. Bárbara colocou a questão,  
10 como exemplo, da experiência dos CEPs. Disse que não queria falar muito sobre o CEP, mas  
11 que iria falar, porque estava como coordenador do CEP da FOP, e como vice-coordenador do  
12 CEP Unicamp, que era o antigo CEP FCM, só não participava do CEP das Humanas. Disse  
13 que naquele momento estavam até numa boa situação de convivência, que já tinha sido mais  
14 tensa, mas estava bastante positiva. Disse que mesmo no CEP da FOP, que não era um CEP  
15 510, era um 466, tentavam fazer a leitura dos protocolos dentro da perspectiva do pesquisador  
16 ou pesquisadora. Lamentou todo o evento relatado, o conflito e mal-entendido. Disse que não  
17 tinha conhecimento dos detalhes findos, não participava daquilo à época, mas se lembrava um  
18 pouco da repercussão e queriam, claramente, evitar qualquer coisa naquele sentido na questão  
19 da CIP, que tinha uma função e uma abordagem um pouco diferente dos CEPs. Os CEPs  
20 tinham uma estrutura organizacional que era independente da instituição, eles eram vinculados  
21 à CONEP, e era lógico que tinham toda ligação com a instituição, mas o funcionamento era  
22 vinculado a uma estrutura que era do Ministério da Saúde, enquanto a CIP era um órgão  
23 claramente institucional e que funcionava inteiramente dentro do âmbito da instituição, ainda  
24 que pretendesse que ele funcionasse de maneira o mais independente possível, não  
25 independente como se fosse um CEP, e sim sendo um órgão dentro da instituição. A questão  
26 do sigilo que era um pouco oriunda daquela pergunta para eles era primordial, e não era  
27 porque tinham inventado aquilo. Todos os comitês que trabalhavam com integridade em  
28 pesquisa eram mais ou menos presos àquela circunstância. Presos no sentido bom da palavra,  
29 porque tinham componentes no trabalho dos comitês de integridade que tocavam muito  
30 proximamente a questão legal, então não pensavam somente na questão do que era uma boa  
31 prática, do que era uma posição de maior ou de menor integridade dentro de uma execução de  
32 pesquisa. Disse que se preocupavam muito com as questões legais, que pensavam muito nas  
33 consequências de cada um dos movimentos que executavam dentro da comissão. O sigilo,  
34 para eles, era fundamental, prioritário, tanto que propuseram e ficou feliz que tenha passado,



1 que era algo bastante controverso que era a denúncia anônima, que entendiam ser uma  
2 questão jurídica, que o sigilo dentro do processo nunca era absolutamente garantido. Em  
3 algum momento, qualquer pessoa que estivesse envolvida diretamente no processo poderia  
4 pedir o acesso ao processo. Supôs uma situação que uma avaliação resultasse numa punição  
5 e aquilo fosse para a CPP, a pessoa que estivesse envolvida poderia pedir acesso ao  
6 processo. Disse que deixaram a possibilidade de que se alguém quisesse seu sigilo absoluto,  
7 essa pessoa poderia fazer denúncia anônima, desde, mais uma vez, que ela apresentasse  
8 evidências consistentes, porque não acatavam tudo o que mandavam. A pessoa poderia  
9 apresentar uma denúncia e não mandar evidência nenhuma, e responderiam que lamentavam,  
10 mas não havia nenhuma evidência. Não era a opinião da pessoa, mas quais evidências que  
11 seriam apresentadas. Disse que tinha a questão do sigilo que encaravam com muita seriedade,  
12 que tinha a questão da avaliação inicial que era bastante rigorosa e só seguiam com  
13 avaliações que tinham algum grau de evidência bastante interessante e substancial, que  
14 sabiam as consequências para os indivíduos envolvidos, para todas as partes envolvidas, não  
15 somente para quem era denunciado, para quem denunciava também tinha consequências e  
16 sabiam os potenciais legais de cada decisão. Disse que eram muito rigorosos naquele ponto.  
17 Quanto à apuração, como tinha explicado, num primeiro momento, um ou dois membros,  
18 inclusive ele, liam o material, analisavam as evidências reais e substancial de que houve uma  
19 má prática e passavam para uma segunda etapa, que poderia ter a análise de pareceristas *ad*  
20 *hoc*, já identificada na primeira etapa, porque muitas vezes as denúncias tinham aspectos  
21 técnicos, métodos, por exemplo, que nenhum dos membros da CIP dominava e acabavam  
22 acionando alguém da comunidade ou de fora que tivesse domínio e conhecimento claro dos  
23 métodos. Comentou que tinham situações, por exemplo, em que havia práticas de pesquisas  
24 específicas de certas áreas, que a Profa. Bárbara tinha citado, por exemplo, a Antropologia,  
25 que era uma área que precisavam de pessoas que tinham o conhecimento de como aquilo  
26 funcionava dentro daquela comunidade. Por fim, o processo nunca ficava separado do suporte  
27 da Procuradoria Geral da Unicamp. Em algum momento, às vezes em vários, consultavam a  
28 Procuradoria para analisarem o que poderia e o que deveria ser feito do ponto de vista legal.  
29 Quando um processo chegava ao final, quer dizer, quando chegavam a uma conclusão técnica  
30 sobre o que aconteceu e se existia alguma evidência material de que houve realmente um  
31 desvio, em termos de integridade, aquilo era encaminhado para a PRP e o Pró-Reitor teria a  
32 possibilidade de decidir o que fazer com o material. Aquele era o caminho feito normalmente. A  
33 **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. Jacks. Disse que estava inscrita, que até iria deixar as  
34 demais pessoas inscritas falar antes, mas queria fazer um comentário e uma observação que

1 tinha exatamente a ver com o que ele falou, para não perder o fio da conversa, caso os demais  
2 inscritos concordassem. Disse que acompanhou bastante aquela discussão sobre o comitê de  
3 ética, o Comitê das Ciências Humanas, no momento da elaboração da Resolução 466 e de  
4 toda aquela discussão, que estava exatamente na pós-graduação, foi para a CEPE e  
5 conversaram muito lá, enfim, tinha acompanhado bastante, inclusive por conta das próprias  
6 Ciências Humanas, que era de onde vinha. Disse que não foi pequena aquela discussão entre  
7 as Humanas e ficava feliz que aquilo tivesse virado uma política institucional, no final das  
8 contas, porque achava que até demoraram um pouco, mas não importava, se ela vinha de  
9 maneira consolidada, aquilo era muito bom. Disse que tinha duas observações, primeiro, um  
10 pouco na linha do que a Profa. Bárbara chamou a atenção, sobre os procedimentos. Disse que  
11 ficava pensando como definir boas práticas para cuidar das boas práticas, para não cair no  
12 caso comentado pela Profa. Bárbara, porque aquilo na pós-graduação, mesmo na graduação,  
13 era uma coisa muito séria para os alunos. Às vezes destruiria uma carreira que estava  
14 começando ou que estava já estabelecida por conta de um procedimento mais torto, menos  
15 acertado. Disse que tinha a ver um pouquinho com a prática da denúncia, que era algo que a  
16 preocupava, porque ficava imaginando, e ali iria o segundo comentário, que ele falou que tinha  
17 a intenção de atuar mais até na graduação, que era onde os alunos começavam a ver um  
18 pouco o mundo da pesquisa. Era preciso ter uma noção, e aquilo vinha acompanhando de  
19 muitos anos como professora, uma noção do que era a má prática, os alunos tinham de ter  
20 aquela clareza. Disse que falava daquilo, desde muito tempo atrás, quando a internet começou  
21 a ser um instrumento de consulta e se lembrava que ela e colegas pegavam os trabalhos dos  
22 alunos e ficavam cotejando com textos de internet porque sabiam que aquilo já tinha sido lido,  
23 se lembrava de ter visto aquilo e precisava descobrir de onde era. A internet passou a ser um  
24 local tanto para o aluno que não tinha noção, que não achava que o suposto era o negativo,  
25 que o aluno não tinha a noção de que ele não podia fazer algumas coisas, mas naquele  
26 momento achava que já tinha, uns vinte anos atrás não tinham. Disse que passou a ser um  
27 instrumento tanto de regulação como de transgressão. A transgressão foi mudando ao longo  
28 do tempo, que naquele momento todo mundo sabia que na internet você conseguia textos e  
29 conseguia copiá-los, não tinha nenhum aluno tão ingênuo assim mais, mas suspeitava, na  
30 graduação principalmente, tinha de ter uma clareza do que era a má prática da pesquisa. A  
31 pós-graduação também, mas depois de uma certa tarimba no mundo da pesquisa, tinha uma  
32 orientação e estava conversando com o orientador, teriam de prestar atenção naquilo  
33 certamente, eram os vetores daquilo e teriam de ficar muito para os docentes, e ali, falando  
34 para os coordenadores, teriam de realmente fazer uma política em cada unidade, porque eram

1 os vetores das boas práticas, alguns já traziam aquilo, outros não sabiam o que era. Disse que  
2 o Prof. Jacks falou das muitas ações da política institucional, da disseminação através de  
3 palestras, mas como que era aquela questão da definição da boa e má prática, porque não  
4 adiantava apenas dizer que você teria de ter boas práticas, se ele se deparasse com uma má  
5 prática e não soubesse o que era aquilo. Achava que aquele terreno ainda estava a se  
6 constituir em termos de conhecimento para os alunos, em geral, de graduação e, parcialmente,  
7 mas também os alunos de pós-graduação, e dizia parcialmente por que eles já tinham outra  
8 relação até com o próprio vetor da boa prática, que eram os professores. Perguntou como  
9 pretendiam fazer aquilo, porque achava que aquela era a peça fundamental para que,  
10 inclusive, na hora da apuração e do controle a questão da denúncia fosse diminuída, porque  
11 tinham denúncias que não faziam o menor sentido, ocorriam por brigas entre pessoas,  
12 questões políticas de um campo, por exemplo, como colocado pela Profa. Bárbara, e achava  
13 importante. Era o conceito das coisas que lhe parecia ser um ponto central. Perguntou ao Prof.  
14 Jacks se gostaria de responder naquele momento ou aguardar as demais perguntas dos  
15 próximos inscritos. O **Prof. Jacks Jorge Junior** disse que preferia responder, achava mais  
16 fácil para não se perder. Disse que iria tentar sintetizar e deixar o seu sentimento de  
17 consonância com o que a Profa. Rachel falou. Disse que queria deixar claro, desde o começo  
18 do GT que acabou resultando na proposta de criação da comissão, e que inclusive o Prof.  
19 Marko tinha participado do GT de uma firma bastante destacada, assim como o Prof. Roberto e  
20 várias pessoas da área de Humanas, que sempre esteve muito claro para todos que  
21 participaram que não eram donos da verdade. Não existia uma posição sedimentada ou  
22 concretada do ponto de vista das proposituras e do ponto de vista da análise. Era lógico que  
23 tinham um norteamento muito claro, e em qualquer comissão do planeta que fossem todas  
24 iriam dizer basicamente a mesma coisa. Existiam três grandes problemas relacionadas à má  
25 prática em pesquisa: a falsificação, a fabricação e o plágio. Parecia muito simples, mas nem  
26 sempre era, particularmente quando caminhavam para o campo do plágio, por exemplo, que  
27 era uma análise que a maioria das pessoas olhavam para ela e falavam que era simples. Disse  
28 que você utilizava o *turnitin* e saía um número, mas estava muito longe de estar tudo certo,  
29 pelo contrário, a análise de plágio era extremamente complexa. Tinham muito claro que certas  
30 áreas lidavam com o manuseio de textos de formas diferenciadas, por isso qualquer análise  
31 sempre envolvia primeiro aquela concepção de que não havia respostas prontas e imutáveis.  
32 Segundo que os fazeres de pesquisa de áreas específicas poderiam ser diferentes de outras.  
33 Exemplificou que para ele era muito mais fácil lidar com pesquisa da sua área, mas não iria  
34 usar o pressuposto da área de Saúde estritamente, por exemplo, numa área de História ou

1 Educação, porque não funcionava daquele jeito. Tinha a experiência prévia no comitê de ética  
2 e sabiam muito bem como existiam sistemas ligados à questão das grandes áreas de  
3 conhecimento e das grandes áreas de pesquisa e até das pequenas áreas, porque, às vezes,  
4 tinham certas especialidades que tinham fazeres diferenciados e os consideravam. Sabiam que  
5 não tinham respostas fáceis e prontas para tudo, muito pelo contrário, a análise dos casos que  
6 estavam recebendo tinha mostrado claramente que tinham muito a aprender e que cada caso  
7 tinha um grau de complexidade que às vezes era até desnorteador, que ficavam até meio  
8 preocupados. Pensavam que tinham que repensar os critérios. E queria exatamente escutar as  
9 áreas para que elas se manifestassem se o pressuposto que estavam propondo estava  
10 adequado ou não, se estava refletindo o fazer daquela área. Citou como exemplo que foi um  
11 aprendizado muito grande e que dava uma importância imensa para a questão da  
12 replicabilidade, que era um valor fundamental em termos de pesquisa quando olhavam para as  
13 áreas de saúde, exatas e biológicas. Quando migravam para os métodos qualitativos, a  
14 replicabilidade continuava sendo importante, mas ela passava a ocupar um patamar que não  
15 era exatamente o mesmo. De repente, a transparência, a descrição metodológica clara do que  
16 foi feito passava a ser mais relevante, ou seja, um valor ético passava a ocupar um patamar  
17 mais significativo que outro. Não era que a replicabilidade deixou de ser importante, era que ela  
18 teria de ser aplicada conforme o perfil metodológico da pesquisa. Aquilo estava no escopo das  
19 boas práticas, mas incluía também a questão da integridade. Era óbvio que ninguém iria propor  
20 que ele inventou os dados e estava tudo certo, não teria problema nenhum. Disse que tinham  
21 um painel imenso de práticas que eram consideradas de caráter duvidoso, práticas que não  
22 eram recomendadas, e teriam de ser analisadas claramente dentro do perfil daquele setor, ou  
23 daquela área, ou daquela metodologia de pesquisa. Não havia por parte daquela comissão  
24 nenhuma ideia de domínio de verdade. Partiam de pressupostos, mas não eram cimentados,  
25 eram referências que utilizavam na hora de fazer a leitura do acontecido e interpretar o que  
26 aconteceu. Dentro do possível, porque nem sempre o era, tentavam discriminar se aquilo era  
27 um movimento intencional do pesquisador, por exemplo, se fez um plágio *ipsis litteris* de duas  
28 ou três páginas em *copy text*, no sentido intencional de adquirir vantagens, de burlar o sistema,  
29 ou aquilo foi falta de conhecimento ou outras práticas inadequadas, por exemplo, se houve ali  
30 uma questão da falta de habilidade do pesquisador ou se foi uma ação de natureza intencional  
31 no sentido de burlar o processo de produção do conhecimento. Não era muito simples e nem  
32 sempre era possível fazer aquela discriminação, mas dentro do possível, e aquilo todas as  
33 comissões daquela natureza faziam, tentavam separar no pacote de problemas que se  
34 apresentava aquilo que era intencional ou eventualmente pela falta de conhecimento ou

1 habilidade do pesquisador. Enfatizou que era um processo analisado caso a caso, não havia  
2 respostas universais que se aplicassem a todos os casos. A questão da pós-graduação e  
3 graduação, focavam normalmente na pós-graduação, porque os parecia um pouco mais  
4 acessível. Gostariam de ter a força política de fazer a mesma coisa na graduação, mas não  
5 sabia se iriam conseguir, naquele momento, implementar algo sistemático na graduação.  
6 Tinham a esperança de conseguir fazer na pós-graduação, mesmo assim era um processo que  
7 seria negociado, que iriam propor e, obviamente, iria depender dos coordenadores para  
8 permitir ou não e para sugerir aquilo que fosse adequado, aquilo que não fosse, mas o foco,  
9 naquele momento, era a pós-graduação, visando, no futuro, chegar na graduação, porque era  
10 onde deveriam, efetivamente, começar o trabalho educativo. A **Sra. Presidente** agradeceu ao  
11 Prof. Jacks e informou que a ordem dos inscritos era Cláudia, Orlando, Marko e Mauro. Disse  
12 que gostaria que a discussão não fosse além das dez horas, não sabia se o Prof. Jacks tinha  
13 outro compromisso. A Profa. **Claudia Regina Cavaglieri** cumprimentou os presentes e disse  
14 aos Professores Rachel, Altair, Elias e funcionários da PRPG, que era um prazer estar  
15 novamente naquela reunião da CCPG, era um lugar que realmente tinha um enorme carinho.  
16 Disse que gostaria de complementar rapidamente as questões apontadas pelo Prof. Jacks,  
17 com relação à da maior frequência naquele curto espaço de tempo que estavam recebendo as  
18 questões na CIP, que era um ponto que sempre causou algum tipo de atrito na pós-graduação,  
19 que era a questão da propriedade intelectual. Disse que era um ponto que, recentemente,  
20 tiveram discussões na CCPG, junto com a Procuradoria, a questão da Inova sobre o âmbito da  
21 propriedade intelectual, mas ele continuava sendo um ponto muito frequente ainda de  
22 denúncias de conflito nos grupos de pesquisa. O ponto da propriedade intelectual deveria ser  
23 sempre revisitado na pós-graduação, porque a melhor forma de minimizarem aqueles impactos  
24 era exatamente o diálogo dentro dos grupos de pesquisa, os acordos feitos no início das  
25 pesquisas. Existiam orientações com relação à propriedade intelectual, mas nada melhor do  
26 que os acordos entre orientador, orientandos e grupos, especialmente em algumas áreas onde  
27 as pesquisas eram com vários pesquisadores e alunos. Comentou que o momento em que  
28 havia conflito era, especialmente, quando chegava no final e gerava uma publicação, na ordem  
29 dos autores, e estavam vendo que estava aumentando muito a quantidade de autores e aquilo  
30 poderia suscitar um problema interno. Disse que achava importante visitar a propriedade  
31 intelectual, mas, especialmente, orientar os grupos de pesquisa que a discussão dos acordos e  
32 diálogo com os atores daquele projeto era fundamental para minimizar aquele impacto no  
33 futuro. Desculpou-se porque iria sair da reunião, tinha uma palestra às 10 horas, mas os  
34 colocou à disposição na CIP sempre para ajudar a pós-graduação naquele diálogo, em termos

1 das boas práticas. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu à Profa. Claudia e disse que iria  
2 fazer uma observação com a fala da Profa. Claudia, que lhe suscitou uma discussão antiga na  
3 Unicamp, que era a do trabalho público, a defesa pública de uma tese. Se lembrou que vários  
4 trabalhos e teses tinham acordos com empresas, com outros organismos externos à  
5 Universidade, e que, às vezes, colocavam cláusulas nos acordos que inviabilizavam você  
6 conhecer todo o trabalho numa defesa pública. Disse que já houve casos na Unicamp, enfim,  
7 não era o caso de recuperarem toda a história, mas em que as defesas eram fechadas porque  
8 você não podia desvendar um segredo intelectual de algo que a indústria acabou de financiar  
9 ou de apoiar na universidade, e essa universidade era pública. Disse que era apenas um caso,  
10 mas que puxou um fio naquela discussão da propriedade intelectual que a Profa. Claudia  
11 colocou, e perguntou se a comissão tinha alguma reflexão naquela direção. Não precisariam se  
12 alongar muito naquilo, mas se lembrou do caso da universidade naquela linha de questão da  
13 propriedade e de como a universidade deveria se comportar por conta de ser pública e por  
14 conta, claro, de também respeitar os acordos. Não se tratava de negá-los, mas de como  
15 proceder naquele caso. Desculpou-se de invadir a ordem das coisas. O **Prof. Jacks Jorge**  
16 **Junior** disse que iria reforçar a fala da Profa. Claudia, de que até aquele momento, felizmente,  
17 não foram tantas denúncias que receberam, mas várias delas foram sobre disputas de autoria  
18 e publicação de resultados de forma não consensual, que lhe parecia ser um problema  
19 realmente muito frequente e que pretendiam trabalhar nas discussões nas unidades, nos  
20 grupos de pesquisa para tentar reduzir um pouco aquele atrito que, geralmente, ocorria na  
21 distribuição do produto, quando chegava no resultado final da pesquisa, como se dizia “quando  
22 iam dividir o bolo”, que surgiam os conflitos. Talvez a melhor forma, como sugerida pela Profa.  
23 Cláudia, seria de trabalhar os acordos prévios de forma explícita, escrita ou mesmo verbal, mas  
24 fazendo de maneira clara. Respondeu à Profa. Rachel que a Comissão ainda não discutiu  
25 efetivamente aquele ponto, que era a questão do que deveria ser feito no caso das pesquisas  
26 realizadas com aporte financeiro da indústria. Disse que subscreveram um princípio claro de  
27 boas práticas que era a transparência. Naquele sentido, tinham várias iniciativas que eram  
28 realizadas não somente pela Unicamp, mas também fomentadas e estimuladas pela FAPESP,  
29 e citou como exemplo a questão dos repositórios de dados e que era uma tendência que viam  
30 claramente nas pesquisas, em várias áreas, da disponibilização dos bancos de dados. Não era  
31 uma coisa muito simples, que não estavam falando que só tinha coisas boas, havia problemas  
32 nas questões relacionadas ao sigilo, mas que viam com um olhar bastante positivo a questão  
33 da transparência do ponto de vista dos resultados da pesquisa e da própria metodologia da  
34 pesquisa. Disse que aquilo tudo fazia parte daquela mudança geral no processo de divulgação

1 dos resultados, mas chegava, de uma certa forma, a incluir a questão da produção do  
2 conhecimento, que estava muito forte em algumas áreas científicas, que achava que em algum  
3 momento iria abranger a maioria das áreas de pesquisa, senão todas, que era uma tendência  
4 tornar mais claras e acessíveis os resultados da pesquisa, a própria metodologia. Disse que  
5 ainda não discutiram, especificamente, a questão de financiamento privado nas pesquisas  
6 realizadas em ambiente público, no caso da Unicamp. A **Sra. Presidente** agradeceu e passou  
7 a palavra para o Prof. Orlando. O conselheiro **Prof. Orlando Luiz Goulart Peres** disse que era  
8 um processo, público, mas que continha conversas, documentos que eram do tipo internos.  
9 Perguntou se havia algum acordo, se pensaram sobre a questão de confiabilidade das pessoas  
10 que participavam da comissão e depois saíam, de no futuro manter aquela confiabilidade.  
11 Agradeceu. O **Prof. Jacks Jorge Junior** disse que era falado para todo mundo, inclusive para  
12 ele mesmo, porque existia uma tendência quase que universal entre os seres humanos de  
13 gostar de conversar, mas todos estavam cientes. Disse que no comitê de ética talvez não  
14 tivessem aquela noção tão clara do potencial jurídico dos processos. Todo mundo sabia onde o  
15 calo doía e esperava, desejava muito fortemente que nenhum membro da comissão pisasse  
16 fora daquelas linhas, porque o potencial de punição era imenso. Quando lidavam com o valor  
17 científico de um indivíduo, e eles que estavam no meio a pesquisadores, sabiam que aquilo era  
18 a vida deles, você poderia prejudicar um pesquisador, denegrir o seu nome científico, o seu  
19 valor científico, fosse por que razão, possivelmente geraria até processos legais, substanciais.  
20 Disse que estava falando de uma maneira muito clara, porque poderiam achar questões de  
21 valor ético que era o compromisso do sigilo assumido. Elas poderiam até revelar o valor ético,  
22 mas não daria para revelar o valor jurídico. Tomar processo não era agradável, era dor de  
23 cabeça garantida e nenhum deles estava disposto a passar por aquilo, nenhum queria. Todos  
24 os membros da comissão sabiam daquilo muito claramente, que já andavam numa linha  
25 bastante regulada do que poderiam ou não fazer e consultavam a Procuradoria antes, durante  
26 e depois de liberar os resultados, justamente porque sabiam que era uma situação  
27 extremamente delicada. Disse que estava simplificando, não estava falando de valor ético,  
28 estava falando de valor legal, que era algo mais palpável e que todo mundo sabia bem o  
29 tamanho da dor de cabeça. Era lógico que não poderia assumir compromissos eternos por  
30 ninguém, mas achava que nenhum dos membros iria fazer uma besteira daquela. A **Sra.**  
31 **Presidente** agradeceu o Prof. Jacks e passou a palavra para o Prof. Marko. O conselheiro  
32 **Prof. Marko Synésio Alves Monteiro** cumprimentou os presentes, mandou um abraço para o  
33 Prof. Jacks e disse que enquanto participou do GT sugeriu bastante para irem além da questão  
34 do plágio, coisas como racismo, machismo dentro dos laboratórios, práticas científicas, mas

1 não teve muito aderência, e era uma discussão ainda a ser feita. Disse que fazendo o *link* com  
2 o que o Prof. Jacks tinha acabado de falar, queria rapidamente compartilhar um caso, não  
3 poderia dar os detalhes. Disse que era importante ter transparência naquelas questões, que  
4 tinha um caso de uma aluna de doutorado que já foi desligada que acusou uma pós-doc que  
5 também já não estava mais na universidade de plágio e aquilo foi um imbróglio por muitos anos  
6 e naquele momento tinha um processo entre as duas que acabava, como se dizia, não envolvia  
7 a Unicamp, mas estava lá citada, nas acusações. Era somente um lembrete, como Prof. Jacks  
8 falou, que tinham coisas muito palpáveis, concretas, tinha todo debate filosófico e teórico  
9 importante, mas tinha de ter aqueles procedimentos muito claros para falarem, olha, você está  
10 acusando, então precisa seguir este protocolo. Você não pode sair acusando e tacar um  
11 processo. A reputação científica era algo muito crucial na carreira docente. E tinha aquele  
12 processo, que ainda não estava envolvendo a Unicamp, mas ele estava correndo na área cível.  
13 Era para casos extremos que teriam de ter aquela clareza, porque no dia a dia a coisa andava,  
14 mas apareciam aqueles casos. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu. O **Prof. Jacks**  
15 **Jorge Junior** agradeceu ao Prof. Marko e disse que gostaria de complementar, que a proposta  
16 original do GT foi uma proposta muito ampla, que envolvia quatro polos, quatro campos de  
17 ação distintos, e um daqueles campos tinha muita ligação com a fala do Prof. Marko. Disse que  
18 interagiram muito com a Diretoria de Direitos Humanos e parte da ação relacionada àquela  
19 questão estava sendo realizada pela Diretoria de Direitos Humanos, que precedeu à CIP.  
20 Ainda que estimulassem no processo educativo, as ações mais práticas acabariam sendo  
21 mantidas na Secretaria de Direitos Humano, e entendiam, que daquela forma, estava sendo  
22 atendida. A CIP poderia receber denúncias, por exemplo, de assédio, racismo, enfim, qualquer  
23 outra forma de ação inadequada em ambientes de pesquisa. A CIP não interage, por exemplo,  
24 se tivesse uma questão de assédio na relação professor/aluno, na graduação, a CIP não seria  
25 a via adequada. Iriam interagir numa questão de assédio que ocorresse num ambiente de  
26 pesquisa, num laboratório ou grupo de pesquisa, que, naquele caso, a denúncia deveria ser  
27 encaminhada à CIP. Disse que dos tópicos citados pelo Prof. Marko tinham mais de uma via na  
28 Unicamp para serem tratados, a própria Diretoria de Humanos, Ouvidoria, CIP, Procuradoria,  
29 DGRH, dependendo do local e da circunstância em que acontecesse o problema. Reforçou que  
30 iriam atuar na parte de educativa e de divulgação, mas não atuariam na parte de averiguação  
31 daquelas denúncias. Esperavam ter a possibilidade de contribuir para a discussão daqueles  
32 tópicos dentro da Unicamp. A **Sra. Presidente** agradeceu e passou a palavra para o Prof.  
33 Mauro. O conselheiro **Prof. Mauro Cardoso Simões** cumprimentou os presentes e comentou  
34 que também acompanhou o evento que a CIP organizou. Parabenizou a organização dizendo



1 que o evento foi muito bom. Disse que a sua sugestão seria ter um tempo para discussão, para  
2 apresentação das boas práticas e a concepção do que seria uma má prática, porque havia um  
3 trânsito que parecia que a CIP fazia do que era do ético para o legal e já estavam recebendo  
4 aquelas denúncias, ao mesmo tempo que começava a se difundir na universidade as  
5 atividades da comissão. Perguntou se chegaram a pensar naqueles dois passos, porque a  
6 maior parte das falas estavam se acentuando no aspecto da ênfase da denúncia e nas  
7 punições, no controle, se as más práticas foram intencionais ou involuntárias. E quando o  
8 professor falou da cláusula de confidencialidade na CIP ser um valor, não diminuindo o ético,  
9 não apenas o ético, mas também jurídico e legal, de tal modo que os atores da comissão  
10 estavam submetidos a aquele critério de confidencialidade ou de sigilo, para ele aquilo era  
11 bastante caro, porque um caso muito recente, uns três anos atrás, de um membro da própria  
12 comissão de ética denunciou o docente porque viu uma postagem numa rede social e ele era  
13 membro da comissão de ética e, ao mesmo tempo, vendo as mídias, e ele seria um dos  
14 julgadores do caso. Era somente para dar o valor devido para a CIP, para não acentuar, em  
15 excesso, aquilo que sabia que, inevitavelmente, se deparariam daqui a um mês e já se  
16 depararam naquele dia, comentando grande parte daquele elemento. Agradeceu. O **Prof.**  
17 **Jacks Jorge Junior** agradeceu ao Prof. Mauro e disse que certamente, como falou no início  
18 da apresentação, gostaria, e seria para ele, muito mais prazeroso e muito menos estressante  
19 lidar com a questão do ensino, da divulgação, do debate, que, aliás, era algo que propôs no  
20 final da apresentação, que precisaria muito da ajuda dos coordenadores para abrirem a  
21 oportunidade de falar especificamente sobre os pressupostos de boas práticas e integridade  
22 dentro das áreas específicas, dentro das comissões, dentro das unidades e, depois, partir para  
23 uma discussão mais de conteúdo, mais propositiva, no sentido de expor os valores, aquilo que  
24 entendiam que fosse razoável, e escutar a comunidade. Disse que era o que deveria ser  
25 fundamental para ele e no próprio regulamento estava assim. Disse que, infelizmente as  
26 denúncias motivavam mais as pessoas porque elas impactavam mais emocionalmente, então  
27 quando falavam do item 2, que era a comissão receber denúncia, todo mundo ficava  
28 energizado. Disse que antes de proporem os procedimentos, consultaram o que já tinha sido  
29 feito naquela temática para não precisarem inventar muita coisa e sempre tinha aquele papel  
30 da comissão. Não tinha como evitar. Aliás, diria que se houve uma proposta de criação daquela  
31 comissão, uma razão foi exatamente criar um interlocutor institucional para aquela questão,  
32 porque as revistas recebiam muitas vezes denúncias e elas pediam a manifestação da  
33 instituição. Além de pedir a manifestação do autor/pesquisador que era denunciado,  
34 normalmente elas pediam a manifestação da instituição e aquilo ficava disperso na instituição,

1 se o reitor ou pró-reitor recebia, abria-se uma comissão de sindicância ou algo parecido. Se o  
2 diretor recebia a denúncia, abria ou não uma comissão de sindicância e aquele processo ficava  
3 espalhado. Explicou mais uma vez que aqueles atores tinham poder executivo e que poderia  
4 dar sequência no processo. Citou uma situação que houve uma consulta a um certo setor  
5 executivo da Unicamp que encaminhou para que a CIP emitisse um parecer técnico, tinham  
6 naquele momento uma espécie de interlocução institucional local que permitia que aquele  
7 trabalho não ficasse totalmente disperso na Unicamp. Disse mais uma vez que achava  
8 superimportante a parte educacional, que era o que iria permitir não somente um avanço no  
9 sentido do conhecimento, mas, principalmente, uma manifestação clara da comunidade sobre  
10 os valores que ela entendia relevantes na produção do conhecimento, não simplesmente  
11 copiar o valor, o que estava lá fora, tinha muita coisa feita e aproveitaram, mas queriam como  
12 resultado da ação daquela comissão escutar e traduzir a manifestação da comunidade de  
13 pesquisa da Unicamp nos seus vários aspectos sobre aquilo que era importante, que era  
14 relevante do ponto de vista de integridade em pesquisa, de boas práticas em pesquisa. Disse  
15 que com a tristeza que os cabia por ter de fazer aquele trabalho, pelo estresse, eram muito  
16 cientes do potencial de problema que poderia permear aquelas avaliações, também estavam  
17 dispostos e disponíveis para fazer as avaliações das denúncias, com todo sigilo que os fosse  
18 possível. Disse que deixou bem claro que se houvesse a progressão da avaliação para uma  
19 punição real, normalmente os punidos tinham o direito ao acesso ao processo, então o sigilo  
20 era mantido até aquele ponto, mas não poderiam mantê-lo para além da determinação judicial,  
21 naquele caso, se houvesse uma determinação legal, a própria universidade teria de cumprir,  
22 não seria a CIP que iria descumprir. Mas exceto aquela circunstância, o sigilo era valor  
23 absoluto em todas as etapas da atuação da CIP. A CIP não poderia divulgar para público  
24 resultados de sua avaliação. Ela interagia com a pessoa que denunciou, com a Pró-Reitoria de  
25 Pesquisa, com a Procuradoria. Eventualmente, a Procuradoria encaminhava para o Diretor da  
26 Unidade, para a Procuradoria Geral da Unicamp, para uma revista científica, mas naquele caso  
27 era um trabalho que extrapolava a ação da comissão. Disse que queria deixar bem claro que  
28 todos os membros da comissão e as pessoas envolvidas sabiam muito bem que a  
29 confidencialidade era essencial, que se eles não soubessem por conta ética, sabiam por  
30 questões legais que eles poderiam tomar um processo. O conselheiro **Prof. Mauro Cardoso**  
31 **Simões** agradeceu ao Prof. Jacks. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. Jacks. Disse que  
32 não tinha mais nenhuma pergunta, mas gostaria de fazer alguns comentários. O primeiro era  
33 parabenizar o esforço todo que a comissão vinha fazendo, que estava dedicando para a  
34 questão, porque achava que aquilo institucionalizava o problema da ética na pesquisa,

1 normatizava a vida do docente, pesquisador ou aluno. Comentou que já testemunhou casos  
2 em que tinha uma denúncia de plágio de uma tese que estava sendo defendida por um aluno  
3 num instituto e, o próprio instituto definia a banca que iria fazer a análise, que era uma  
4 denúncia grave de plágio, que envolvia a carreira de um pesquisador, e a análise era feita em  
5 quatro paredes, de forma muito amadoristicamente, e achava que aquilo normatizava muito a  
6 questão. Sabiam como a universidade precisava responder lá fora para as revistas ou ali  
7 dentro para a comunidade. Disse que iria reforçar a sugestão para a comissão, que não sabia  
8 se demoraria muito tempo para dar conta daquilo tudo, que sabia que demorava muito tempo  
9 para que certas culturas de pesquisa fossem absorvidas, mas ainda achava que a graduação  
10 era um ponto importante. Sabia que o foco naquele momento estava na pós-graduação, e  
11 estava corretíssimo, e achava que todos concordavam com aquilo. Disse que na pauta tinham  
12 um ponto, a instrução normativa, que iria tratar da questão do plágio em todas as unidades,  
13 porque o tratamento pelas pós-graduações das unidades não era homogêneo e nem universal  
14 na universidade. Disse que não sabia como estava na graduação, que iria conversar com a  
15 Pró-Reitoria de Graduação. Achava importante a inserção de uma disciplina, de curta duração,  
16 nos semestres iniciais, a critério de cada curso e unidade, que fosse uma matéria explicativa  
17 que tratasse o tema da ética, o que era fazer uma pesquisa de forma correta e errada, o que  
18 era uma boa ou má prática de pesquisa. Disse que começava um pouco antes, na graduação,  
19 e recebiam na pós-graduação alunos de todos os lugares, que era muito amplo e com diversas  
20 formações de educação e compreensão daquele problema, mas achava que poderiam  
21 colaborar muito com a comunidade científica em crescimento, que era começar as coisas pela  
22 graduação. Disse que não queria dar mais trabalho para a comissão, mas era uma ideia que  
23 talvez pudessem levar na universidade. O **Prof. Jacks Jorge Junior** disse que em novembro  
24 do ano anterior, quando começaram as atividades, tinham reuniões semanais para discutir os  
25 campos que teriam pela frente, onde iriam investir, discussões de estratégias tentando  
26 entender onde possivelmente encontrariam as maiores barreiras. Era óbvio que em algum  
27 momento, disse que ele mesmo sugeriu, de terem um curso obrigatório para todo mundo da  
28 Unicamp, mas discutiram que as coisas não funcionavam daquela maneira, que  
29 estrategicamente entenderam que seria uma posição mais razoável, mas certamente em algum  
30 momento iriam propor que fosse incluído no contexto da graduação. Os problemas não  
31 aconteciam apenas na pós-graduação, eles também aconteciam em pesquisa que também  
32 envolvia, de alguma forma, os alunos de graduação, que iria resultar depois nos alunos de pós-  
33 graduação, pesquisadores, docentes. Não estava fora do escopo da comissão, era  
34 simplesmente uma questão do que achavam que teria que ocorrer naquele momento e primeiro

1 resolver aquela questão da inserção das informações daqueles cursos dentro do âmbito da  
2 pós-graduação. Entendiam como fundamental e várias universidades estrangeiras já tinham  
3 inserido no contexto de graduação um pacote de informações, pequenos cursos, pequenas  
4 atividades que atendessem a graduação. A **Sra. Presidente** agradeceu e passou a palavra  
5 para o Prof. Orlando. O conselheiro **Prof. Orlando Luís Goulart Peres** comentou que no  
6 semestre anterior fizeram uma disciplina no *Moodle* sobre boas práticas, na maior parte sobre  
7 a questão de segurança, que envolvia a questão de como se portar no laboratório, mas  
8 também uma parte sobre boas práticas acadêmicas. Aquilo era feito para todos os cursos de  
9 laboratório iniciais e estavam em acordo, que foi uma proposta de vários professores, inclusive  
10 da Profa. Monica Cotta, que era a atual Diretora, de passar também para a pós-graduação,  
11 porque não era somente a parte acadêmica, incluía a parte de como conviver no ambiente,  
12 com inclusão. Disse que quando visitou uma outra instituição no exterior, nos Estados Unidos,  
13 como uma exigência para poder ter acesso à instituição, tinha de passar por vários vídeos e ao  
14 assistir aqueles vídeos, tinha que responder a um questionário. Tinha vídeos sobre assédio  
15 sexual, como se comportar se tivesse um atirador no ambiente em que estivesse, que era uma  
16 coisa comum lá, quais eram os perigos imediatos e as orientações. Tinham que assistir o vídeo  
17 e depois responder perguntas. Se não acertasse o mínimo necessário, tinha de ficar repetindo  
18 até atingir a pontuação e não tinha acesso ao laboratório sem antes fazer o curso. A **Sra.**  
19 **Presidente** disse que esperava que o Prof. Jacks não levasse aquela sugestão a sério, porque  
20 seria muito complicado. O conselheiro **Prof. Orlando Luís Goulart Peres** respondeu que havia  
21 questão de diferenças culturais. Que era gaúcho e que tinham coisas que eram diferentes o  
22 tratamento, mesmo dentro do Brasil. Disse que tinham muitos estrangeiros e que já teve um  
23 caso de um estudante brasileiro dar dois beijinhos na esposa de um estudante estrangeiro, e  
24 no seu país, nenhum homem tocava a mulher. A pessoa entendeu que estava num ambiente  
25 cultural diferente, mas poderia levar a conflitos. Explicou que implementar o curso através do  
26 *Moodle* era uma coisa fácil para os alunos terem acesso, tinha de ser bem-organizado para  
27 fazer as perguntas corretas, entender o que estava fazendo, que achou um posicionamento de  
28 longo prazo e uma coisa muito interessante que a Unicamp estivesse atuando. Agradeceu. O  
29 **Prof. Jacks Jorge Junior** disse que interagiu muito com a Profa. Monica na época do curso,  
30 que a proposta já estava sendo planejada quando foi envolvido e, obviamente, o curso ficou  
31 muito bacana. Disse que acabou participando muito mais no sentido de aprender, porque a  
32 experiência era semelhante ao que gostariam de propor. Disse que a situação relatada pelo  
33 Prof. Orlando existia em vários setores, e citou como exemplo, a FOP, em que trabalhavam  
34 com animais, biotério, e a pessoa não entrava no biotério sem fazer o curso básico, curto,

1 rápido, nada sofisticado, mas era fundamental. Disse que o pessoal falou que estavam imersos  
2 numa cultura institucional, aliás, não era uma, eram várias culturas institucionais que teriam de  
3 ter cautela na hora de fazer propostas que eram de âmbito geral. Tinham de fazer aquele  
4 trabalho de permeação de conceitos, de interação, de discussão. Achava que funcionaria  
5 melhor do que simplesmente o reitor baixar um decreto que todo mundo iria fazer o curso. A  
6 **Sra. Presidente** concordou. O **Prof. Jacks Jorge Junior** respondeu que para ele que seria  
7 muito mais fácil, mas não era a realidade. Não era aquilo que estavam pensando por que havia  
8 a necessidade daquela interação do processo de convivência, discussão, que ele estava  
9 chamando de permear, digerir e adaptar os conceitos, senão poderiam ter um efeito reverso,  
10 um efeito de negação para o processo, o que não queria que acontecesse. Gostariam que os  
11 conceitos e práticas fossem gradualmente adotados e assumidos pela comunidade como  
12 sendo seu próprio valor, produzidos e divulgados pela própria comunidade e não algo imposto,  
13 porque por mais que quisessem, não haveria uma ou duas cabeças na Unicamp que poderiam  
14 determinar o que era certo ou errado para a comunidade inteira. Era um processo que teria de  
15 ser feito daquela forma gradual. A **Sra. Presidente** agradeceu e disse que a próxima inscrita  
16 era a Profa. Bárbara. Sugeriu que fosse o último comentário ou pergunta para que pudessem  
17 dar conta da Pauta da CCPG. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** disse que  
18 seria rápido, era para esclarecer que quando perguntou da relação com os CEPs era também  
19 no sentido de entender o procedimento, se a partir daquele momento, as denúncias que os  
20 CEPs recebiam seriam encaminhadas para CIP. Perguntou como iria funcionar. O **Prof. Jacks**  
21 **Jorge Junior** respondeu que os CEPs, talvez por ter a palavra ética no nome, acabavam  
22 servindo como referência. Era lógico que muitas pessoas que estavam nos comitês de ética  
23 discutiam sistemáticas e elas eram importantes também na avaliação do comitê de ética, que  
24 tinham uma função muito clara, principal, mas não única, que era proteger o participante da  
25 pesquisa, enquanto o comitê de integridade tinha como função, como já explicado, promover  
26 integridade em pesquisa. Eram situações que caminhavam muito próximas, com alguns pontos  
27 de superposição, tanto que dentro da CIP tinham várias pessoas que participaram de comitês  
28 de ética, mas não era a mesma coisa. As denúncias relacionadas à questão da má prática  
29 científica que fossem encaminhadas para os comitês de ética seriam mais adequadamente  
30 lidadas se fossem encaminhadas para a CIP. Disse que estava tranquilo porque estava lidando  
31 diretamente com os CEPs, acompanhando o que estava acontecendo dentro dos CEPs. Citou  
32 como exemplo uma denúncia de plágio, que não faria sentido ir para o CEP, que iria lidar com  
33 a questão de maneira periférica, de maneira lateral. No entanto, uma denúncia de abuso do  
34 participante de pesquisa, método mal-empregado, se não houve ressarcimento, se não foi

1 entregue o TCLE, o participante foi submetido a um tratamento desumano, incorreto, estava  
2 plenamente encaixado no âmbito do CEP. Os dois grupos de comitês tinham ações específicas  
3 e em vários momentos se tocavam. Disse que a sua tranquilidade naquele momento era que  
4 tinham várias pessoas que estavam nos dois grupos, portanto, interagem com uma certa  
5 facilidade. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** agradeceu. A **Sra. Presidente**  
6 passou a palavra para o Prof. Sávio. O conselheiro Prof. **Sávio Souza Venâncio Vianna** disse  
7 que tinha uma pergunta que, na realidade era para o final da reunião, mas dentro do contexto  
8 da discussão, não sabia se o Prof. Jacks poderia ajudar. Relatou que uma aluna do programa  
9 escreveu a dissertação no formato de artigo e que ela escreveu a dissertação primeiro do que  
10 o artigo ter sido aceito e, naquele momento, em que foi aceito, a revista pedia que o detector  
11 dos direitos autorais escrevesse para a revista dizendo que estava tudo ok de passar para a  
12 revista. E a pergunta da aluna era se a Unicamp, não apenas o aluno e orientador, tinha algum  
13 direito sobre os direitos autorais da dissertação. A **Sra. Presidente** respondeu que as teses  
14 não eram reguladas pela Lei de Direitos Autorais, como era o caso de revistas ou publicações.  
15 Perguntou ao Prof. Jacks se ele tinha alguma informação sobre o assunto. O **Prof. Jacks**  
16 **Jorge Junior** respondeu que era um assunto pantanoso, complexo, porque tinham várias  
17 camadas de análise. Disse que iria pular a questão ética do ponto de vista da produção do  
18 conhecimento, quem produzia conhecimento, quem tinha direito a aquele conhecimento. Disse  
19 que achava que poderia ver mais simplesmente, mas que também não iria se estender porque  
20 aquele assunto valia uma conversa específica, mais longa. Disse que tinham a questão da  
21 propriedade intelectual e normalmente estariam falando de editoras ou revistas científicas, em  
22 geral, ou poderia haver até o direito do ponto de vista de propriedade, de ter produzido algum  
23 método ou equipamento, e naquele caso, haveria, inclusive, a questão da propriedade  
24 financeira daquele produto, mas até onde sabia, não havia uma postura universal e aquele  
25 problema tinha voltado frequentemente nas discussões, que produziam um conteúdo, um  
26 produto científico que era a tese, e existia uma tendência na maioria das áreas de aquele  
27 produto acabar resultando em outro produto. Disse que na sua área seria um *paper* ou mais. A  
28 **Sra. Presidente** complementou que também poderia ser livro. O **Prof. Jacks Jorge Junior**  
29 respondeu que livro era comum na área de Humanas. Continuou que teriam dois produtos que  
30 seriam meio que irmãos gêmeos, que era a tese ou dissertação e o segundo ou terceiro  
31 produto intelectual fruto daquela pesquisa. A maioria das editoras, e estavam falando de  
32 questão de direito autoral, que tinha o direito de vender aquele produto, não se incomodavam e  
33 entendiam que a dissertação ou tese não gerava um conflito de uso com aquele produto que  
34 era o *paper* ou o livro. Algumas editoras batiam naquele ponto e achava que o ideal seria

1 consultar a editora. Se o aluno pretendia publicar numa certa editora e ela falasse que ele não  
2 poderia ter nenhum outro produto com aquele conteúdo, nem parecido, que inclusive gerava a  
3 questão da análise do plágio, dependendo de como o segundo produto fosse feito, teriam uma  
4 situação de plágio potencial. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** disse que  
5 pelo que percebeu, na situação da aluna, era que ela poderia, porque a revista aceitava a  
6 publicação, desde que ela escrevesse para a revista dizendo, “Olha, estou de acordo”. A **Sra.**  
7 **Presidente** respondeu que as revistas faziam aquilo, pediam a anuência. O conselheiro **Prof.**  
8 **Sávio Souza Venâncio Vianna** respondeu que a aluna estava insegura se poderia fazer aquilo  
9 como aluna ou se a Unicamp também teria de se manifestar, porque a Unicamp também tinha  
10 algum direito sobre aquela dissertação. A **Sra. Presidente** respondeu negativamente. O **Prof.**  
11 **Jacks Jorge Junior** respondeu que entendia que era uma questão dos autores. A **Sra.**  
12 **Presidente** disse que a universidade não tinha de se manifestar naquele aspecto. Quem  
13 deveria se manifestar era o autor e o orientador, ou somente o aluno. Disse que também era  
14 editora de revista e o que elas solicitavam era a concessão do direito sobre a publicação. Não  
15 iriam solicitar que o aluno retirasse do repositório da CAPES a tese, que nem poderia fazer,  
16 porque aquela tese era pública e estava no repositório público da universidade onde o trabalho  
17 foi defendido, mas ao colocar a publicação no mercado científico, que era na revista, na editora  
18 universitária ou de mercado, você estava dizendo que aquele veículo de mercado ou de  
19 divulgação científica tinha o direito sobre o seu trabalho, que você não iria publicar na revista x  
20 e na revista y, apenas na revista x. Você estava concedendo aquele direito. A universidade não  
21 tinha de se manifestar sobre. Disse ao Prof. Jacks que acabou se enveredando no seu terreno,  
22 mas que achava que estava respondendo de forma correta. O **Prof. Jacks Jorge Junior**  
23 concordou com a Profa. Rachel. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** disse que  
24 aquele era o seu entendimento, que ficou inseguro, porque, na realidade, aquele caso não era  
25 simplesmente uma dissertação em que existiam algumas similaridades. O que aconteceu, pelo  
26 que a aluna explicou, era que quando a revista fez a checagem de plágio encontrou a tese,  
27 idêntica, porque na realidade, a tese era o artigo ou o conjunto de artigos. Respondeu à aluna  
28 que não sabia responder seguramente, mas que teria a CCPG no dia seguinte e iria perguntar.  
29 Disse que desconfiava que a universidade não precisaria se manifestar. A **Sra. Presidente**  
30 concordou. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** desculpou-se e disse que  
31 achou que o momento era oportuno, não sabia se deixava para o final. A **Sra. Presidente**  
32 respondeu que foi bom ter colocado porque estavam falando com mais autoridade com a  
33 presença do Prof. Jacks. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** agradeceu. O  
34 **Prof. Jacks Jorge Junior** disse que além de ser uma questão que tocava na camada da ética,

1 na camada de procedimentos administrativos, ela também tinha o aspecto jurídico que era a  
2 questão de quem era o proprietário e capaz de fazer a venda daquele produto, porque, no  
3 fundo, quando o conflito acontecia, muitas vezes era por conta daquilo, não era uma briga  
4 ética, era uma briga pelo direito de vender aquele produto, de auferir lucro em cima daquele  
5 produto. Disse que era uma situação complicadíssima, porque as coisas mudavam muito  
6 rápido. Tinham teses que eram compostas por artigos, algumas vezes, já aceitos ou  
7 publicados. Os editores, de modo geral, reagiam razoavelmente muito bem com relação a  
8 aquilo. Não conhecia muitas revistas que proibiam a presença do produto tese ou dissertação,  
9 em relação ao produto artigo ou livro. De modo geral, o bom senso prevalecia naquele campo.  
10 A **Sra. Presidente** agradeceu e disse que poderiam finalizar a discussão com o Prof. Jacks,  
11 que já estava convidado para as próximas reuniões, porque tinha sido levantada a questão da  
12 propriedade intelectual, e naquele momento, dos direitos autorais. Agradeceu a presença e  
13 disse que poderia voltar em algum momento. O **Prof. Jacks Jorge Junior** respondeu que  
14 estava à disposição. A **Sra. Presidente** agradeceu novamente a sua presença e disse que  
15 achava que o trabalho que começaram a fazer era importantíssimo para a universidade e para  
16 o mundo de produção científica. O **Prof. Jacks Jorge Junior** agradeceu às Profas. Rachel e  
17 Altair e toda a equipe da CCPG. Disse que estavam à disposição, em todos os campos que a  
18 comissão pudesse contribuir. Disse que, certamente, iriam aprender juntos, que era um  
19 negócio amplo e todos precisavam discutir aquela temática. A **Sra. Presidente** disse que a  
20 Pró-Reitoria se colocava à disposição se tivesse de ter algum diálogo sobre as questões da  
21 pós-graduação. O **Prof. Jacks Jorge Junior** disse que os coordenadores que julgassem  
22 pertinente poderiam, e queriam ir às unidades, para fazer uma discussão técnica e escutar,  
23 debater com as comunidades específicas de pesquisa da Unicamp sobre a temática.  
24 Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. Jacks e disse que era uma discussão  
25 importante. Retomando a Ordem do dia, informou que a mesa destacava o Item 3, que já tinha  
26 começado a ser discutido na apresentação do Prof. Jacks, que era a instrução normativa sobre  
27 a prevenção de plágio. Perguntou se alguém gostaria de destacar mais algum item. Não  
28 havendo manifestações, colocou os itens não destacados da pauta em votação, que foram  
29 aprovados por unanimidade. **ORDEM DO DIA: ITEM 1. CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA**  
30 **COMISSÃO CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO - CCPG (2022)** – (Deliberação CCPG Nº  
31 83/2021). **ITEM 2. CALENDÁRIO ESCOLAR DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (2022).**  
32 **PROC. Nº 01-P-20851/2021 (d). DAC. (Deliberação CCPG Nº 84/2021).** **ITEM 4. ACORDOS:**  
33 **a) ALTERAÇÃO DO ACORDO DE COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (FEM)**  
34 **E A UNIVERSIDADE DE LISBOA (PORTUGAL) – SR. ALEXANDRE MONTEIRO RIBEIRO.**



1 PROC. Nº 03P-695/2020. FEM – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Altair Antoninha  
2 Del Bel Cury (Assessora da PRPG) - (Deliberação CCPG Nº 86/2021). **b) ALTERAÇÃO DO**  
3 **ACORDO DE COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (FEM) E A**  
4 **UNIVERSIDADE DE LISBOA (PORTUGAL) – SR. APOLO SILVA MARTON.** PROC. Nº 03P-  
5 696/2020. FEM – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Altair Antoninha Del Bel Cury  
6 (Assessora da PRPG) - (Deliberação CCPG Nº 87/2021). **c) TERMO ADITIVO NO 02 AO**  
7 **ACORDO DE COTUTELA FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IFCH) E A UNIVERSITÉ**  
8 **BORDEAUX MONTAIGNE (FRANÇA) – SR. FABIEN PASCAL LINS.** PROC. Nº 09P-  
9 10062/2017. IFCH – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Altair Antoninha Del Bel Cury  
10 (Assessora da PRPG) - (Deliberação CCPG Nº 88/2021). **d) ADITIVO AO TERMO ADITIVO**  
11 **NO 10 AO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNICAMP E A RICE UNIVERSITY PARA**  
12 **COTUTELA INTERNACIONAL DE TESE DE DOUTORADO– SRA. LÍVIA MARIA TIEDE.**  
13 PROC. Nº 09P-25747/2018. IFCH – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Altair  
14 Antoninha Del Bel Cury (Assessora da PRPG) - (Deliberação CCPG Nº 89/2021). **e) TERMO**  
15 **ADITIVO NO 01 AO ACORDO DE COTUTELA FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IG) E A**  
16 **UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL) – SR. JACQUES MANZ.** PROC. Nº 22-P-  
17 15219/2019. IG – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Altair Antoninha Del Bel Cury  
18 (Assessora da PRPG) - (Deliberação CCPG Nº 90/2021). **ITEM 5. PROGRAMA DAS**  
19 **ATIVIDADES E CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. a) PROC. DIG Nº 22-P-**  
20 **20899/2021 (d). IG** – Oferecimento da seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter  
21 eventual”, no Catálogo de 2021: CT265 - turma A – “Alianças Estratégicas em P&D”. Carga  
22 Horária: 45 horas. Período: 2º semestre de 2021. - Oferecimento: Prof. Externo (participante  
23 temporário): Dirk Meissner (National Research University Higher School of Economics, Rússia)  
24 - (Deliberação CCPG Nº 91/2021). **b) PROC. DIG Nº 21-P-21317/2021 (d). IEL** – Oferecimento  
25 da seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2021:  
26 LL951– Tópicos Especiais em Linguística I – turma A. Carga Horária: 15 horas. Período: 2º  
27 semestre de 2021. - Oferecimento: Prof. Externo (participante temporário): Albert Rilliard  
28 (LIMSI, França) - (Deliberação CCPG Nº 92/2021). **c) PROC. DIG Nº 21-P-21317/2021 (d). IEL**  
29 – Oferecimento da seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter eventual”, no  
30 Catálogo de 2021: LL952 – Tópicos Especiais em Linguística II – turma A. Carga Horária: 15  
31 horas. Período: 2º semestre de 2021. - Oferecimento: Professores Externos (participantes  
32 temporários): Emanuela Cresti, Valentina Saccone, Massimo Moneglia e Alessandro Panunzi  
33 (Universidade de Florença, Itália) - (Deliberação CCPG Nº 92/2021). **d) PROC. DIG Nº 21-P-**  
34 **21317/2021 (d). IEL** – Oferecimento da seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter

1 eventual”, no Catálogo de 2021: LL953 - Tópicos Especiais em Linguística III – turma A. Carga  
2 Horária: 15 horas. Período: 2º semestre de 2021. - Oferecimento: Prof. Externo (participante  
3 temporário): Joaquim Llisterri (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha) - (Deliberação  
4 CCPG Nº 92/2021). **ITEM 6. CRIAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU:  
5 FINANÇAS CORPORATIVAS – INSTITUTO DE ECONOMIA (IE).** PROC. DIG Nº 26-P-  
6 7975/2021 (d). IE – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Altair Antoninha Del Bel Cury  
7 (Assessora da PRPG) - (Deliberação CCPG Nº 82/2021). **ITEM 7. RECONHECIMENTO DE  
8 DIPLOMAS ESTRANGEIROS. a) PROC. Nº 01P-8073/2019. FE – VILSON PIRES DE  
9 OLIVEIRA** – “Doctor en Ciencias de la Educación”– Universidad San Lorenzo (Paraguai) -  
10 (Deliberação CCPG Nº 93/2021). **b) PROC. Nº 01P-3990/2020. FE – TANIA REGINA SANTOS  
11 SILVA** – “Magíster en Ciencias de la Educación”– Universidad Autónoma del Sur (Paraguai) -  
12 (Deliberação CCPG Nº 95/2021). **c) PROC. Nº 01P-3978/2020. FE – SAMUEL DIOGENES DE  
13 CARVALHO E QUEIROZ** – “Magíster en Ciencias de la Educación” – Universidad Hispano-  
14 Guaraní (Paraguai) - (Deliberação CCPG Nº 96/2021). **d) PROC. Nº 01P-3956/2020. FE –  
15 FLORISBELA MACHADO DOS SANTOS** – “Magíster en Ciencias de la Educación” –  
16 Universidad Interamericana (Paraguai) - (Deliberação CCPG Nº 97/2021). **e) PROC. Nº 01P-  
17 22865/2019. FE – CREUZA MONTEIRO PILAR** – “Magíster en Ciencias de la Educación” –  
18 Universidad de Desarrollo Sustentable (Paraguai) - (Deliberação CCPG Nº 94/2021).

19 **DESTAQUE: ITEM 3. INSTRUÇÃO NORMATIVA CCPG nº 003/2021 QUE BUSCA DA  
20 EXCELÊNCIA NOS TRABALHOS ACADÊMICOS DA PÓS-GRADUAÇÃO, A NECESSIDADE  
21 DE PREVENÇÃO DE PLÁGIO NAS DISSERTAÇÕES, NAS TESES E NOS TRABALHOS DE  
22 CONCLUSÃO DE CURSOS DEFENDIDOS NA UNICAMP E A PROMOÇÃO DE BOAS  
23 PRÁTICAS E INTEGRIDADE EM PESQUISA PRECONIZADA PELA DEL. CONSU A-  
24 49/2020.** A **Sra. Presidente** disse que a instrução normativa em discussão ia exatamente ao  
25 encontro de toda a discussão que tiveram anteriormente, e, conforme comentado pelo próprio  
26 Prof. Jacks, a universidade fornecia através do SBU a verificação da similaridade da  
27 dissertação ou tese pelo sistema *Turnitin*. Como comentado, não era apenas a questão do  
28 plágio, às vezes ele não pegava, mas achava que tinha de ter um início daquela política de  
29 prevenção. Perguntou se havia algum comentário sobre a instrução, antes de colocar para  
30 votação. Comentou que ela passaria a valer como uma prática de todas as unidades,  
31 programas e cursos de pós-graduação. Passou a palavra para o Prof. Enelton. O conselheiro  
32 **Prof. Enelton Fagnani** cumprimentou os presentes e disse que estava escrito que a  
33 obrigatoriedade entrava em vigor a partir da data de aprovação. Perguntou se como unidade,  
34 não teriam algum prazo para que aquilo fosse de fato implantado nas unidades ou teriam que

1 sair a toque de caixa para implantar no mês seguinte. A **Sra. Presidente** respondeu que a ideia  
2 era que implantassem tão logo ela fosse aprovada. Disse que não sabia se viam dificuldades  
3 sobre aquilo e gostaria de escutá-los. Se vissem que fosse preciso antes ter uma ampla  
4 reunião com os coordenadores dos cursos de cada unidade ou com os próprios docentes. O  
5 conselheiro **Prof. Enelton Fagnani** disse que a questão era um pouco técnica, com relação a  
6 ferramenta *Turnitin*, porque na sua unidade teve um treinamento um tempo atrás, mas, na  
7 oportunidade, ele não teve como participar. Achava que para poderem aplicar a instrução  
8 normativa, os docentes teriam que passar por um treinamento ou ter contato com algum  
9 tutorial, talvez até os alunos de pós-graduação, para conseguirem implantar de forma bastante  
10 efetiva. Disse que precisariam de um certo tempo, não muito, mas queria saber qual era a  
11 urgência da implantação para terem de começar naquele momento, enfim, porque o gargalo  
12 seria técnico e não sobre a relevância e a importância, que todo mundo concordava. A **Sra.**  
13 **Presidente** informou que a Profa. Altair era a próxima inscrita. A **Profa. Altair Antoninha Del**  
14 **Bel Cury** disse que iria acompanhar a fala do Prof. Enelton, que se algumas unidades ainda  
15 não usavam a ferramenta, achava importante conversar com a bibliotecária para ver a questão  
16 das licenças, quem ela poderia autorizar a utilizar e, além daquilo, fazer o treinamento para os  
17 alunos, professores e funcionários que iriam trabalhar com a ferramenta. Disse que, de forma  
18 geral, aquilo aconteceu na FOP, que foi uma das primeiras a usar. Tiveram um tempo para que  
19 se familiarizassem com o *Turnitin* e com o treinamento técnico dos alunos. Sugeriu que talvez,  
20 estipular um prazo de 60 dias, não sabia se seria suficiente, em função da necessidade de  
21 estarem em sintonia com a Biblioteca. A **Sra. Presidente** concordou e disse que os próximos  
22 inscritos eram os professores Mauro e Cláudia. O conselheiro **Prof. Mauro Cardoso Simões**  
23 disse que no Art. 2º, estava dizendo que caberia a cada CPG determinar a forma e os  
24 procedimentos a serem adotados. Comentou que já começaram uma discussão na CPG da  
25 FCA, mas considerava aqueles dois passos que comentou com o Prof. Jacks bastante  
26 importante, aquela discussão interna para a elaboração dos procedimentos a serem adotados  
27 pela CPG, tendo em vista a aprovação na CCPG, e um período para discutirem, porque se  
28 recordava da Profa. Cláudia comentando que na FCM havia um percentual de similaridade que  
29 era aceito para as dissertações e teses, que consultou e serviu até como uma espécie de guia  
30 para a discussão na CPG da FCA. Tendo em vista aquela variedade de cursos no âmbito da  
31 FCA, achava importante aquele tempo para discutirem até os critérios e procedimentos. Disse  
32 que estava imaginando que aquela discussão ocorreria na CCPG, no segundo semestre, com  
33 validade a partir de janeiro. Poderiam antecipar para novembro ou dezembro, mas teriam um  
34 período para discutir e afinar com a instrução normativa, já que teriam de elaborar no âmbito da

1 CPG também a instrução normativa. A **Sra. Presidente** pediu à Sra. Juliana que subisse a  
2 apresentação da tela até o Art.2º e o leu, que caberia a cada CPG determinar a forma e os  
3 procedimentos a serem adotados para apresentação do relatório de originalidade. Disse que  
4 achava que começar no ano seguinte era um pouco longo o tempo. O conselheiro **Prof. Mauro**  
5 **Cardoso Simões** respondeu que estendeu bastante. A **Sra. Presidente** concordou e disse que  
6 achava que poderiam resolver aquilo ainda em 2021. Disse que os Professores Enelton e  
7 Mauro chamaram a atenção para a questão da própria implantação na unidade. Disse que iria  
8 ouvir os demais colegas e tomariam uma decisão. Passou a palavra para a Profa. Cláudia. A  
9 conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** cumprimentou os presentes e disse que a  
10 FCM implementou aquela prática em 2019 e queria colocar um pouquinho da experiência  
11 porque vinha funcionando bem. Disse que, de fato, deram um prazo e concordava com a  
12 percepção dos colegas de que era necessário um prazo. Explicou que a partir do momento em  
13 que fizeram a instrução normativa, incentivaram fortemente que a partir daquela aprovação  
14 todas as dissertações e teses viessem acompanhadas da verificação de plágio. No entanto, a  
15 obrigatoriedade, não se recordava se foram três ou quatro meses depois. Disse que houve  
16 uma resposta muito boa da comunidade e as pessoas passaram a fazer o relatório de plágio,  
17 mesmo antes da obrigatoriedade. Disse que o que queria destacar era que na FCM, como  
18 existia a possibilidade de cada unidade fazer conforme fosse mais viável para ela, não eram os  
19 orientadores e nem os alunos que faziam aquela verificação, era a biblioteca local. Existia um  
20 acordo com a biblioteca local que eles faziam a verificação, porque também existia uma  
21 questão importante que não poderiam deixar de falar, que se clicassem num campo para  
22 deixar o material salvo, você poderia passar uma segunda vez e ele daria 100% de plágio.  
23 Eram alguns cuidados que já era algo mais corriqueiro para quem fazia parte da Biblioteca.  
24 Fizeram uma reunião com as bibliotecárias e naquele momento existia um fluxo que já estava  
25 funcionando e elas emitiam aquele laudo já com as porcentagens que o Professor mencionou,  
26 que para eles funcionava bem, mas que outras unidades poderiam chegar à conclusão de  
27 outras porcentagens. As porcentagens foram estabelecidas por meio de um GT. Disse que iria  
28 reforçar a fala de que na experiência da FCM foi importante aquele período de adaptação e de  
29 internalização da nova forma, que deveria ser alguma coisa que já vinha há muito tempo, mas  
30 como obrigatoriedade achava importante. Sua sugestão era que de fizesse um incentivo para  
31 que as pessoas fizessem a partir da deliberação, mas que a obrigatoriedade pudesse ser a  
32 partir de um prazo x que a comissão poderia decidir. A **Sra. Presidente** respondeu que  
33 poderiam definir que aquelas orientações já passariam a valer, mas a sua obrigatoriedade seria  
34 a partir de x. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** concordou, ficaria uma

1 sugestão. A **Sra. Presidente** agradeceu e perguntou à Sra. Juliana quem era o próximo  
2 inscrito. A **Sra. Juliana Cristina Barandão** respondeu que a Profa. Bárbara era a próxima  
3 inscrita. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** disse que concordava com as  
4 regras e achava que a sugestão da Profa. Cláudia talvez os contemplasse a todos, porque  
5 tinha especificidades nas unidades. Disse que para reforçar, na semana anterior teve uma  
6 reunião com a Biblioteca e estava combinando um treinamento sobre o *Turnitin*, no IFCH, muito  
7 por conta da demanda dos coordenadores que no processo de seleção tinham recebido  
8 problemas de plágio, inclusive em projetos de pesquisa. A ideia era que dessem um  
9 treinamento amplo sobre o *Turnitin* para os coordenadores e docentes do IFCH. Disse que a  
10 única funcionária que era responsável pelo *Turnitin* estava de férias e só retornaria em um  
11 mês. Disse que achava que tinham primeiro aqueles desafios da quantidade de funcionários  
12 que trabalhavam com o software, e, segundo um desafio de formação, e um terceiro desafio  
13 que era de convencimento da comunidade de desconstruir aquelas desconfiças, entender  
14 como aqueles índices eram elaborados. Disse que talvez um período até o final do ano fosse o  
15 mais adequado para tornar a normativa obrigatória. Disse que para o IFCH pensaria numa  
16 série de seminários de formação para que pudessem chegar a um processo de convencimento,  
17 levando em consideração o calendário de reuniões das CPGs. Imaginava que seria mais  
18 interessante discutir com mais cuidado dentro da CPG para depois passar para a comunidade.  
19 Comentou que já não entraria na pauta daquele mês e sugeriu que se tornasse obrigatório a  
20 partir de dezembro. A **Sra. Presidente** agradeceu e passou a palavra para o Prof. Douglas. O  
21 conselheiro **Prof. Douglas Fernandes Barbin** cumprimentou os presentes e disse que as  
22 Professoras Cláudia e Bárbara já falaram um pouco do que queria colocar, que tendia a  
23 concordar com aquela proposta e talvez, sendo um pouco mais objetivo, sugeria um prazo de  
24 três meses, contando a partir de setembro, implementando em dezembro, salvo tendo algum  
25 retorno de CPGs, como a Profa. Bárbara colocou. Disse que queria compartilhar o que a FEA  
26 já tinha feito. Comentou que a bibliotecária da FEA oferecia o treinamento do *Turnitin* para os  
27 alunos e colocavam aquele treinamento como uma das apresentações nas disciplinas de  
28 seminários, que tinha uma parte inicial com várias palestras relacionadas a pesquisas, com os  
29 temas de comitê de ética, o Patgen e uma delas era o *Turnitin*. Disse que estava pensando um  
30 pouco na fala da Profa. Cláudia, se conseguiriam institucionalizar e colocar alguém  
31 responsável por fazer. Teriam de avaliar, conversar com a BC, de como poderiam de alguma  
32 forma oferecer o treinamento para os alunos ou pesquisadores interessados e se fazer a  
33 checagem deveria ser passada a responsabilidade para um funcionário ou não. Disse que  
34 talvez deveriam pensar um pouco naquilo, que tendia a ver pontos positivos, mas precisaria

1 avaliar um pouco mais. A **Sra. Presidente** passou a palavra para o Prof. Tiago. O conselheiro  
2 **Prof. Tiago Zenker Girelli** cumprimentou os presentes e disse que também concordava com  
3 os colegas que precisavam de um tempo para amadurecer aquela discussão. Na FEC, já  
4 tinham começado aquela discussão e as áreas preferiram avaliar e depois darem sugestões.  
5 Estavam montando o documento, que tinham saído um pouquinho na frente, mas que sabia  
6 que outras unidades, como a FCM, já tinham implantado há muito tempo, então não estavam  
7 tão na frente assim. Disse que iria colocar dois pontos, o primeiro, que estavam prevendo a  
8 checagem de similaridade apenas como um requisito para o agendamento da defesa, pelo que  
9 estava entendendo, mas era muito comum no seu programa os textos sofrerem revisões nos  
10 sessenta dias após a defesa. Perguntou se não seria o caso de ter uma segunda checagem do  
11 documento final, que era o que no final das contas iria para a BAE pós defesa. Era uma  
12 pergunta para saber o que os demais achavam, se não seria o caso de ter uma segunda  
13 checagem no documento final. O segundo ponto, seria uma sugestão para verem a  
14 possibilidade, não sabia se o Sr. Fernandy estava presente, se seria possível que o SIGA  
15 abarcasse dentro do sistema um local para incluírem o relatório de similaridade, porque isso  
16 facilitaria muito na checagem dos processos para agendamento da defesa. Além de colocar o  
17 texto, teria um campo para inserir o relatório de similaridade. Disse que também teriam um  
18 tempo para criar as regras das CPGs, discutir nos três meses até o final do ano, mas que  
19 gostaria de saber o que os colegas achavam e se seria possível e faria sentido inserir no SIGA.  
20 A **Sra. Presidente** disse que iria passar a palavra para o Prof. Marcelo e na sequência o Sr.  
21 Fernandy responderia. O conselheiro **Prof. Marcelo El Khouri Buzato** cumprimentou os  
22 presentes e agradeceu à Profa. Rachel. Disse que queria fazer um relato de experiência, que  
23 depois da discussão na CCPG, pegou os seus trabalhos finais de pós-graduação e usou o  
24 *Turnitin*, porque já tinha lido sobre, era da área de linguagem da tecnologia, e era muito  
25 sensível com aquela questão de algoritmo querer entender coisa que ser humano fazia. Disse  
26 que o que gostaria de falar era que na área de Humana não era uma coisa tão simples e o  
27 software era muito pouco customizável. Disse que daria um exemplo, tinha um trabalho que  
28 estava muito bom e que quando passou no *Turnitin* deu 37% de texto idêntico. Disse que foi  
29 checar, que quando fazia a assinatura na biblioteca existia um tutorialzinho que avisava para  
30 não considerar as citações, nem a bibliografia. Disse que seguiu as recomendações, mas  
31 aquela moça fez várias citações bloqueadas que eram justificáveis porque ela estava analisando  
32 o discurso da citação e o sistema não percebia citação bloqueada como citação. Disse que teve  
33 que baixar o texto e colocar aspas em todas as citações bloqueadas, e deu 14%, e que estava  
34 comentando porque achava que botar na mão da bibliotecária, em algumas áreas, poderia até

1 fazer uma primeira passagem, mas pedir um laudo para a biblioteca achava temerário, porque  
2 o programa não era sensível a coisas que eram usuais, estava na ABNT que a citação com  
3 mais de três linhas teria de bloquear. Disse que procurou na interface onde conseguiria configurar  
4 aquilo, mas ele não configurava. Teria de explicar muito bem para a comunidade como que o  
5 algoritmo funcionava, porque nos dois casos que teve problema, tentou explicar como achava  
6 que o programa funcionava, mas ele não era muito autoexplicativo. Disse que queria falar no  
7 sentido de que algumas áreas, sobretudo no IEL, ficava imaginando uma tese de literatura, a  
8 bibliotecária fazer e tomar aquele número como o correto era temerário, na sua opinião. A **Sra.**  
9 **Presidente** perguntou se naquele caso de um trabalho que tinham as citações se já não  
10 deveria vir com as aspas. O conselheiro **Prof. Marcelo El Khouri Buzato** respondeu que só  
11 pegava a citação com aspas. A **Sra. Presidente** perguntou se era um trabalho com citações,  
12 se elas já não deveriam estar no texto. O conselheiro **Prof. Marcelo El Khouri Buzato**  
13 respondeu negativamente, que na ANBT constava que as citações com mais de três linhas  
14 teriam de ser bloqueadas, com 4cm de adentramento. A **Sra. Presidente** respondeu que  
15 entendeu. O conselheiro **Prof. Marcelo El Khouri Buzato** complementou que eles  
16 trabalhavam com folhas de estilo, estilo do que era um *paper* científico muito limitadas. Disse  
17 que ficava com medo em teses de Humanas que às vezes tinha um depoimento no texto. Foi  
18 para customizar citação bloqueada e não existia aquela possibilidade. Para saber o número exato  
19 de similaridade, teve de copiar e colar o trabalho no word e colocar aspas onde eram citações  
20 e passar novamente no programa. Disse que na mão de um funcionário, ele não teria  
21 obrigação de saber um negócio daquele. Portanto, recomendava uma certa cautela com quem  
22 fosse dizer qual era aquela porcentagem, o que a pessoa teria de checar para dizer que a tese  
23 tinha tantos por cento de cópia. Era somente um alerta e agradeceu. A **Sra. Presidente** passou  
24 a palavra para a Profa. Cláudia. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli**  
25 concordou com o Prof. Marcelo que realmente teria de ver as especificidades e achava que  
26 aquela resolução tratava daquilo, que ela deixava para as áreas verem aquelas  
27 especificidades. Disse que uma experiência que poderia compartilhar era que, na realidade,  
28 quem fazia aquela primeira triagem era a Biblioteca, que emitia o laudo, mas quando tinha a  
29 porcentagem limite que estipularam o coordenador do programa tinha de olhar onde estava a  
30 similaridade. No caso relatado pelo Prof. Marcelo, ele já enxergaria que estariam naquelas  
31 citações e quando o *Turnitin* marcava, ele falava qual era a porcentagem naquele trecho  
32 marcado e poderia ser subtraído do total, era uma condição que poderia ser feita. O  
33 conselheiro **Prof. Marcelo El Khouri Buzato** respondeu que foi falta de treinamento da sua  
34 parte. Procurou e não achou uma maneira de fazer aquilo. A conselheira **Profa. Cláudia**

1 **Vianna Maurer Morelli** respondeu que no relatório enviado pela biblioteca tinha as cores onde  
2 poderia enxergar a similaridade, e poderiam levar em consideração ou não. O conselheiro  
3 **Prof. Marcelo El Khouri Buzato** comentou que o sistema não deixava tirar, que não  
4 conseguiu dizer para não considerar aquele texto plágio e que refizesse a conta novamente. A  
5 conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que entendia, mas teria de considerar  
6 tudo e depois fazer meio que manual e falar, “Olha, isso aqui eu não vou considerar plágio,  
7 porque isso aqui não é plágio”. E dizer que estava tudo bem e subtrair. O conselheiro **Prof.**  
8 **Marcelo El Khouri Buzato** disse que teria de ser na mão. A conselheira **Profa. Cláudia**  
9 **Vianna Maurer Morelli** respondeu que teria de ser na mão ou achar um outro que fizesse  
10 aquela alteração, porque concordava que na área de Humanas deveria ser muito difícil mesmo  
11 por causa das citações. Disse que era apenas uma experiência que tiveram que queria passar,  
12 na realidade, não pegavam o número puro, olhava e acabou. O programa fazia uma triagem. A  
13 Sra. Presidente agradeceu à Profa. Cláudia e passou a palavra para a Profa. Maria Helena. A  
14 conselheira Profa. Maria Helena de Melo Lima cumprimentou os presentes e disse que iria  
15 confirmar o que a Profa. Cláudia tinha acabado de falar. Que na Enfermagem também estava  
16 desde 2019 implementado com a ajuda da bibliotecária. Se passasse acima de 24% de plágio  
17 iriam fazer aquela avaliação. Na maioria das vezes estava relacionado a algum resumo  
18 publicado, então, conseguiam fazer aquela triagem depois. Disse que foi muito tranquilo  
19 também a implementação na Enfermagem, que deram um tempo de três meses e estava  
20 correndo tudo super bem até aquele momento. A **Sra. Presidente** agradeceu e passou a  
21 palavra para a Profa. Bárbara. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** disse que  
22 estava até com ataque de ansiedade e queria, na verdade, propor que tivessem aquele  
23 semestre para fazer um grupo de trabalho interno às unidades. Depois da fala do Prof. Marcelo  
24 ficou preocupada e entendeu que o negócio estava mais cabeludo talvez do que estava  
25 imaginando. Disse que queria propor que tivesse aquele semestre para entender o  
26 funcionamento do equipamento, fazer grupos de trabalho que fizessem, de repente, exames,  
27 triagens em uma amostra de teses e dissertações que já foram defendidas para entenderem,  
28 primeiro, como funcionava, quais eram as especificidades e estabelecer aqueles índices  
29 internos. Disse que não imaginava que aquilo fosse muito fácil de se resolver em dois ou três  
30 meses. Estava trazendo uma preocupação de capacidade também de aprendizado da  
31 comunidade do uso da ferramenta e discussões. Disse que teriam um problema muito grande  
32 de repassar aquela responsabilidade para as coordenações, fosse elas dos programas ou a  
33 coordenação geral, e estava imaginando que talvez no IFCH ficasse a cargo das secretarias de  
34 pós-graduação. Disse novamente que precisariam de um treinamento e uma discussão interna



1 de distribuição de trabalho posto que a Biblioteca teria uma capacidade pequena de trabalho,  
2 tinham várias aposentadorias para acontecer naquele contexto. Disse que sua preocupação  
3 maior era que precisariam entender como aquele software funcionava, quais eras as  
4 especificidades, para internamente cada unidade propor os índices dos plágios e conseguir ter  
5 mais segurança no convencimento da comunidade do uso da ferramenta. A **Sra. Presidente**  
6 passou a palavra para o Prof. Tiago. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli** disse que era  
7 para complementar um pouco o que o Prof. Marcelo falou. Que na discussão na FEC, até por  
8 entenderem aquelas questões, às vezes de um autoplágio do artigo que o próprio aluno  
9 escreveu, mesmo estando citado, e ele não modificou o texto, porque, enfim, ele mesmo que  
10 escreveu a primeira versão, era difícil convencer ele de que aquele parágrafo não era o melhor  
11 que ele poderia construir para expor aquela ideia, então, alguns pontos como aquele de  
12 citações, o que discutiram na normativa interna era utilizar o *Turnitin* como ferramenta, mas  
13 não ter nele um bloqueio por si só da continuidade do processo. Estavam discutindo que a  
14 partir de um certo nível, e estavam trabalhando com 24%, que era o limite verde, a partir de  
15 25% teriam aquele olhar mais crítico e, no caso da FEC, envolveria o orientador primeiro dar  
16 um parecer circunstanciado em cima daquilo, no sentido de dizer, “Olha, está mais alto, mas é  
17 esse o motivo”, pegando um pouco o que o Prof. Marcelo disse, porque às vezes estava mais  
18 alto, mas o grosso daquilo estava em alguma coisa que você percebia que era o software que  
19 não estava entendendo ou que era o próprio estudante que escreveu, enfim, algumas daquelas  
20 questões. A partir do parecer, a comissão ou coordenação analisava e via se seguia adiante ou  
21 não. Disse que estavam trabalhando com aquela ótica de usar como ferramenta para um olhar  
22 mais crítico, mas não como um crivo. Se desse acima de 30%, não passaria de jeito nenhum,  
23 teria de voltar e reescrever novamente. Disse que sua fala era somente para colocar um  
24 pouquinho também como estavam imaginando na FEC, era um uso como ferramenta, acima de  
25 um certo percentual teria de ter o orientador, num primeiro momento, que estava mais próximo  
26 do trabalho e da área de pesquisa fazer um parecer, se ele quisesse que continuasse. Se ele  
27 identificasse que realmente era plágio e não deveria continuar, ele já se entendia com o  
28 orientando e o processo retornava e não seguiria para a defesa. Era um pouco do que o Prof.  
29 Marcelo falou, de não caírem nas especificidades do programa e começarem a bloquear as  
30 coisas sem uma análise mais crítica em cima do resultado do relatório de similaridade. A **Sra.**  
31 **Juliana Cristina Barandão** informou que o Prof. Arioaldo era o próximo inscrito. O  
32 conselheiro **Prof. Arioaldo José da Silva** cumprimentou os presentes e comentou que tinha  
33 ouvido falar que a FCM e a FEA, se não estava enganado, tinham a Biblioteca, aquela questão  
34 da Bibliotecária, e na FEAGRI não tinham. Disse que tinham o representante da Biblioteca e

1 represavam todo o serviço na BAE. Comentou que no site da BAE tinha acesso ao sistema,  
2 que não teve dificuldades, que fez o treinamento *Turnitin* logo que lançaram, que foi passada a  
3 senha e desde então estavam passando os trabalhos no sistema, tanto que já colocaram no  
4 Regimento Interno, que aprovaram naquela semana na congregação, já aprovado pela CPG,  
5 de que toda tese e dissertação a ser defendida, na versão que iria para a defesa, deveria ter  
6 um parecer, um relatório avaliado pelo orientador. Disse que achava melhor. Sobre a fala de o  
7 orientador avaliar, disse estariam passando por cima do orientador e que a melhor forma, como  
8 comentada pelo Prof. Tiago, e que estavam pensando em fazer, seria o orientador passar no  
9 *Turnitin* e, se passasse dos 24%, ele sinalizaria que se a similaridade era aceitável, emitindo o  
10 parecer dizendo que era a metodologia, que algumas coisas na área replicavam a metodologia  
11 utilizada no trabalho, ou o próprio *paper* que já publicou. O orientador emitiria um parecer sobre  
12 aquele relatório e a CPG ratificaria ou não o parecer. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu  
13 o Sr. Ariovaldo e passou a palavra para o Prof. Elias. O **Prof. Elias Basile Tambourgi** disse  
14 que estava relendo o Art. 2º e constava que cabia à CPG determinar a forma de procedimento.  
15 A CPG iria discutir e determinar quem faria a análise e, segundo, quando a análise  
16 ultrapassasse aquele índice definido por cada unidade, ela definiria o que seria feito. Disse que  
17 para ele estava claro que era a CPG que iria determinar os procedimentos na unidade. No item  
18 3, poderia acrescentar alguma coisa nos casos em que ultrapassassem o índice, que somente  
19 poderia ser submetida à comissão examinadora de defesa o trabalho que não ultrapassasse os  
20 índices de semelhança recomendados. Deveria acrescentar alguma coisinha quando o índice  
21 ultrapassava e tinha aquela informação do orientador ou do aluno que aquilo era aceitável, que  
22 a CPG aceitava. Disse que também concordava que três meses eram suficientes para  
23 elaborarem os procedimentos. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. Elias. Comentou que via  
24 como parte do processo de formação e de produção do trabalho de dissertação e de tese,  
25 então não via outra pessoa que não o orientador para fazer aquela avaliação, que não seria o  
26 coordenador geral ou de programa, não faria sentido. Disse que a normativa não era uma  
27 guilhotina, era uma orientação, uma segurança sobre o trabalho que estava sendo produzido.  
28 Era bom até para o orientador que às vezes ficava em dúvida sobre alguma coisa ou outra.  
29 Comentou que tinham um problema técnico, que alguns lugares teriam problemas talvez de um  
30 funcionário que ajudasse a fazer aquilo, as pessoas não conheciam a ferramenta. Explicou que  
31 optaram por usar a ferramenta que a Unicamp oferecia porque aquilo era institucional, estavam  
32 com uma orientação institucional, e o *Turnitin* era oferecido pelo SBU, porque aquele motivo  
33 que as bibliotecárias, como era o caso da Profa. Cláudia na FCM, era o centro daquela tarefa,  
34 mas o orientador não deixaria de ver aquilo. Concordava que teria de ter um período de

1 adaptação, não precisaria entrar em vigor naquele momento, mas achava que não precisava  
2 ser no ano seguinte. Disse que poderiam, como já foi sugerido por alguns, fazer com que  
3 passasse a valer a partir de dezembro de 2021. Disse que até iria fazer um contra-argumento à  
4 sua própria proposta, lembrando que dezembro, janeiro e fevereiro era o período das teses,  
5 então estavam exatamente definindo a obrigatoriedade daquela ferramenta ou daquela  
6 avaliação no período que tivessem, de fato, talvez um fluxo maior, pelo menos em alguns  
7 lugares era assim. Disse que iria chamar a atenção para algo que a Profa. Bárbara falou, sobre  
8 o convencimento da comunidade. Que não via aquilo como um problema tão sério, que não  
9 conseguia ver a comunidade sendo contrária. Era uma segurança da boa prática, não era uma  
10 desconfiança do aluno. Disse que aquilo teria de ficar claro no argumento que fossem levar  
11 para os professores e para os próprios alunos. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de**  
12 **Castro** perguntou se poderia fazer um comentário de esclarecimento. A **Sra. Presidente**  
13 respondeu afirmativamente. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** explicou que  
14 desconfiança era da ferramenta, de como ela funcionava, de como aquele algoritmo foi  
15 construído, se ele era o melhor possível. A **Sra. Presidente** respondeu que entendia, mas  
16 como comentado pela Profa. Cláudia, eles não pegavam o número gerado pelo relatório e  
17 carregava ele para sempre como uma herança. Aquele número 3º significava várias coisas e o  
18 orientador teria de falar daquilo o que não valia, que era citação, e o que valeria. Os  
19 orientadores teriam de fazer aquele trabalho e talvez tivessem se ser convencidos que eles  
20 teriam mais aquela tarefa, mas era uma boa prática de pesquisa. Comentou que não sabia se  
21 estava se antecipando um pouco a qual seria a reação da comunidade, mas achava que seria  
22 positiva. Esperava que não entendessem que a PRPG e a CCPG estavam aprovando uma  
23 coisa para atrapalhar a vida das pessoas. Não era para atrapalhar porque era uma boa prática  
24 de pesquisa. Passou a palavra para o Prof. Orlando. O conselheiro **Prof. Orlando Luis**  
25 **Goulart Peres** disse que achava que o ponto era que a maior parte das pessoas não  
26 conheciam o *Turnitin* e iria levar um tempo para se acostumarem. Entendia aquela questão de  
27 passar aquela possibilidade para o orientador, mas teriam de deixar, não ser tipo o xerife da  
28 pós-graduação. Só que imaginava que várias pessoas nunca usaram e teriam a questão da  
29 implementação, como entender que todas as pessoas iriam precisar aprender como aplicar o  
30 *Turnitin*. Disse que achava que teriam de deixar um tempo, que na sua unidade era mais ou  
31 menos entre janeiro e fevereiro que a maior parte das teses eram colocadas. Disse que o  
32 período até dezembro era razoável para passar o conhecimento para a comunidade. Comentou  
33 que tinha o problema na Secretaria de Pós-Graduação, que estava vendo uma redução grande  
34 por causa das aposentadorias, que já estavam no gargalo, já teria menos uma pessoa do que

1 seria o ideal. Comentou que a possibilidade de passar aquela atividade para a Biblioteca, por  
2 exemplo, eles também tinham outras tarefas e teria de ser um acordo com outro setor  
3 completamente diferente, conversar com eles de como fazer aquilo. Disse que ficaria muito  
4 inseguro, não desconfiado de nenhum orientador, nem tentando ser um xerife, mas tentaria  
5 fazer talvez duas etapas, uma que o orientador fazia, a pós-graduação também faria, porque  
6 eram assuntos muito delicados, já houve muitos processos sobre aquilo no passado, então era  
7 uma coisa muito delicada. Quando aparecesse aquele número sem nenhuma explicação, numa  
8 congregação, poderia levar a muitas discussões. Disse que talvez tivessem que partir de um  
9 relatório, um relator, e para cada coisa dizer o que aconteceu. Era uma nova tarefa e era  
10 melhor ser feita de uma forma bem cuidadosa, para não ter confusão. Comentou que olhou as  
11 teses que foram discutidas naquele dia e tinham 64% de semelhança, mas depois que leu o  
12 texto entendeu que aqueles 64% não era um número absoluto, que tinha de ter um relatório  
13 acompanhando o *Turnitin* para todo mundo entender o que estava sendo feito, porque senão  
14 as pessoas iriam começar a dizer que estava tudo sendo copiado. Era só tomar cuidado com  
15 aquela questão, acostumar as pessoas, não era desconfiança do sistema e nem da ideia, mas  
16 acostumar as pessoas para que fizessem da forma correta. A **Sra. Presidente** agradeceu o  
17 prof. Orlando e passou a palavra para o Prof. Marcelo. O conselheiro **Prof. Marcelo El Khouri**  
18 **Buzato** disse que gostaria de apoiar o que foi dito pela Profa. Bárbara. Disse que achava que o  
19 número de problemas que iriam ter seria inversamente proporcional ao investimento que  
20 fizessem em transparência e treinamento. As pessoas tinham de entender como eram, mas  
21 não era entender que botão ela apertava, entender como funcionava aquele algoritmo, como  
22 supostamente quem pensou aquela coisa pensava sobre o que era a escrita acadêmica, quais  
23 eram os gêneros. Achava que iria facilitar depois a questão técnica de quem era que iria  
24 apertar o botão, quem iria fazer e concordava com a Profa. Rachel que em primeiro lugar era o  
25 orientador. Comentou que com os seus alunos, não sabia se estava fazendo uma coisa errada,  
26 mas iria falar, antes de mandar a tese para análise pedia para passar no *Turnitin* e se tivesse  
27 mais de 30%, iria olhar com o aluno e mandar mudar o que fosse preciso. A **Sra. Presidente**  
28 agradeceu e disse que faria uma sugestão de mudança no Art. 4º da instrução, porque achava  
29 que todo o restante do texto estava claro sobre como deveriam proceder, e ficaria: Esta  
30 instrução normativa inicia seu período de adaptação, a partir da sua aprovação pela CCPG,  
31 que seria naquele dia, e passa a ter a obrigatoriedade, a partir de 1 de dezembro de 2021.  
32 Perguntou se alguém gostaria de se manifestar. O **Prof. Elias Basile Tambourgi** lembrou que  
33 alguém perguntou ao Sr. Fernandy sobre o SIGA. A **Sra. Presidente** respondeu  
34 afirmativamente e passou a palavra para o Sr. Fernandy. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza**

1 cumprimentou os presentes e respondeu ao Prof. Tiago que para incluir no SIGA, precisavam  
2 entender que seria uma norma ativa e obrigatória para todos incluírem. Se fosse, precisava da  
3 confirmação para colocar nas prioridades da DAC. Era possível incluir no SIGA, desde que  
4 fosse uma regra para todos. A **Sra. Presidente** respondeu que seria obrigatório, mas no final  
5 do ano, a partir de 1º de dezembro aquela instrução normativa passaria a ser obrigatória para  
6 as teses e dissertações. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu que precisava ter as  
7 regras direitinho porque iria começar a implantar, mas que fosse obrigatório a partir da data  
8 definida, 1º de dezembro. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Sr. Fernandy. A conselheira **Profa.**  
9 **Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que gostaria de fazer uma inserção, que imaginava que  
10 fosse funcionar na DAC como naquele momento funcionava a questão dos certificados do  
11 comitê de ética, que era necessário também na qualificação. A **Sra. Presidente** respondeu  
12 afirmativamente, que seria o mesmo procedimento. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli**  
13 agradeceu à Profa. Rachel e ao Sr. Fernandy pelos esclarecimentos. A **Sra. Presidente**  
14 perguntou se poderiam proceder daquela forma, que iria colocar o Item 3 da Instrução  
15 Normativa, e repetiu a mudança no Art. 4º, de que “Esta instrução normativa inicia seu período  
16 de adaptação, a partir de sua aprovação pela CCPG – que iria ser aquela data -, e passará a  
17 ter obrigatoriedade, a partir de 1º de dezembro de 2021. Perguntou se alguém gostaria de se  
18 manifestar e passou a palavra para o Prof. João. O conselheiro **Prof. João Batista Fogagnolo**  
19 perguntou se ela estava dizendo que aquela instrução iniciava seu período de adaptação. A  
20 **Sra. Presidente** complementou ou de implantação, que era a mesma coisa. Explicou que as  
21 pessoas seriam treinadas, e quem já fazia, como era o caso da FCM, continuava fazendo. As  
22 unidades que precisariam falar com a bibliotecária, teria treinamento, e as CPGs iriam  
23 determinar os procedimentos, como previsto no Art. 2º. Feito aquilo, passaria a ser obrigatório  
24 em 1º de dezembro, mas naquele meio tempo, os programas que já o faziam continuariam a  
25 fazer. O conselheiro **Prof. João Batista Fogagnolo** disse que naquele sentido, aquele seria,  
26 de fato, o texto final, porque estava entendendo que teriam um período também para melhorar  
27 o texto ou alteravam o Art. 4º e já seria o texto final da instrução. A **Sra. Presidente** respondeu  
28 que não entendeu que o resto do texto tivesse problemas, porque ele estava aberto, inclusive.  
29 Que falavam no Art. 2º, que cada CPG determinava a forma e o procedimento. Disse que não  
30 daria para ter uma instrução normativa única para todas as unidades, que nunca pensaram  
31 naquela proposta, não havia como. Aquele seria o texto da normativa que já a tornaria  
32 obrigatória em 1º de dezembro. O conselheiro **Prof. João Batista Fogagnolo** agradeceu. A  
33 **Sra. Presidente** passou a palavra para o Prof. Douglas. O conselheiro **Prof. Douglas**  
34 **Fernandes Barbin** perguntou se quando colocava na instrução normativa TCC, se também

1 estavam incluindo a graduação. O **Prof. Elias Basile Tambourgi** respondeu negativamente. O  
2 conselheiro **Prof. Douglas Fernandes Barbin** perguntou se seria TCC para a pós-graduação.  
3 Os cursos *stricto e lato sensu*. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente, porque tinham  
4 mestrados de outra natureza que também chamavam de TCC. Disse que não era graduação,  
5 era pós-graduação. O conselheiro **Prof. Douglas Fernandes Barbin** agradeceu. A **Sra.**  
6 **Presidente** disse que talvez valesse não usar TCC e falar do que se tratava naquele item, para  
7 não gerar problema, mas sabiam que dizia respeito aos mestrados e doutorados. O conselheiro  
8 **Prof. Tiago Zenker Gireli** sugeriu que a redação fosse TCC dos cursos *lato sensu*, inserir o  
9 adjetivo no texto. A **Sra. Presidente** concordou, que iria completar para não gerar aquela  
10 dúvida de alguém, como foi o caso ali. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli  
11 complementou *lato sensu* e residência, porque tinham cursos de residência na FCM. A **Sra.**  
12 **Presidente** disse que ficaria dissertações, teses, TCC de cursos *lato sensu* e de residência  
13 médica. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que embora a residência  
14 fosse um *lato sensu*, achava que valia a pena reforçar um pouquinho, residência. Disse que  
15 poderia ser somente residência, porque tinham a médica e a multiprofissional. A **Sra.**  
16 **Presidente** respondeu que colocaria somente residência. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna**  
17 **Maurer Morelli** disse era somente uma questão de preciosismo, porque às vezes tinha gente  
18 que esquecia que residência era *lato sensu*. Achava importante, porque inclusive já tinha  
19 marcado uma conversa com o Prof. Jacks em relação a TCC e mestrado profissional, porque  
20 tinha gente que fazia os dois, só para pontuar, porque achava importante para a FCM colocar  
21 *lato sensu* e residência. A Sra. Presidente respondeu que onde estivesse escrito dissertação,  
22 tese e TCC, constaria dissertação, tese, TCCs de cursos *lato sensu* e residência. A conselheira  
23 **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** respondeu que estava ótimo. A **Sra. Presidente**  
24 passou a palavra para a Profa. Heloísa. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha**  
25 disse que ficou com uma dúvida que algum dos colegas levantou a questão que estavam  
26 aprovando naquela escrita a previsão da verificação no momento de entrega da dissertação ou  
27 tese. Tinham aquele prazo, após a defesa, para o estudante apresentar a petição definitiva e  
28 não estavam prevendo mais nenhum procedimento de verificação. Perguntou se caberia  
29 aquilo. Como estavam pensando aquela possibilidade. A **Sra. Presidente** respondeu que  
30 aquela questão tinha passado na sua fala, que alguém levantou e caberia talvez discutir um  
31 pouquinho se iriam manter apenas uma verificação na entrega da defesa ou se fariam a  
32 segunda. Disse que não via a necessidade de segunda verificação, porque no período de 60  
33 dias não era para mudar a tese toda, na verdade, era para pequenas alterações, salvo em  
34 casos de teses em que você pedia para voltar, que tinha aquela enorme reparação. Não sabia

1 se era o caso de a instrução chegar naquele ponto e perguntou o que os demais colegas  
2 achavam. O conselheiro **Prof. Marcelo El Khouri Buzato** disse que as alterações dos 60 dias  
3 eram com aprovação do orientador. A Sra. Presidente respondeu afirmativamente. O  
4 conselheiro **Prof. Marcelo El Khouri Buzato** disse que então caberia ao orientador verificar se  
5 o aluno não mudou a tese inteira, senão precisaria fazer tudo de novo. A **Sra. Presidente**  
6 concordou. Disse que estavam reforçando aquilo que já existia, que era o papel do orientador.  
7 Estavam somente dando uma ferramenta para ele ter mais segurança. Esperava que os  
8 orientadores entendessem daquela maneira a instrução normativa, porque estava na mão  
9 deles o que se colocava para defesa de tese ou dissertação. Passou a palavra para a Profa.  
10 Rosângela. A conselheira **Profa. Rosângela Ballini** disse que a achava que a segunda  
11 verificação ficaria como um critério de cada CPG e não precisaria estar na instrução normativa.  
12 A **Sra. Presidente** concordou e agradeceu à Profa. Rosângela. Perguntou se poderiam  
13 concluir. Não havendo mais manifestações, colocou o item 3 com as alterações no Art. 4º em  
14 votação, com favoráveis permanecendo como estavam e contrários ou abstenções se  
15 manifestando pelo chat, que foi aprovado por unanimidade. Finalizada a ordem do dia, disse  
16 que daria continuidade no Expediente, que já teve a apresentação da Comissão de Integridade  
17 em Pesquisa no início da reunião. Disse que o segundo ponto era o prazo de integralização e  
18 perguntou se a Sra. Amanda gostaria de falar. A conselheira **Sra. Amanda Rios Ferreira**  
19 cumprimentou os presentes e disse que na última reunião da CCPG tinha sido levantada a  
20 possibilidade de que o GT de prazo de integralização se reunir novamente porque já tinha  
21 passado o prazo concedido. Disse que consultou mais alguns colegas, outros representantes  
22 discentes e a ideia de que levantaram foi de tentar reunir novamente o GT de prazo de  
23 integralização para tentar alinhar a nova prorrogação com o prazo de vacinação. A **Sra.**  
24 **Presidente** agradeceu à Sra. Amanda e disse que ela antecipou o que ia falar, porque era  
25 exatamente aquele ponto do expediente, do prazo de integralização. Comentou que alguns  
26 colegas já tinham mencionado de que teriam de reavaliar a prorrogação, que não sabia ainda o  
27 prazo, não fizeram o levantamento, que precisavam avaliar se o prazo que concederam na  
28 resolução anterior dava conta dos prazos que precisavam ou dos constrangimentos que os  
29 alunos tiveram. A vacinação, enfim, também teria de ser avaliada. O quanto aquilo prejudicava  
30 ou não o prazo. Disse que a sua sugestão seria reativar o GT que já existia para fazer aquele  
31 levantamento e apresentar uma proposta, fosse de pequena ampliação, mas não dava para  
32 tomar uma decisão sem fazer aquela reflexão. Disse que estava na mesma linha da  
33 preocupação da Sra. Amanda e gostaria de saber o que os colegas achavam. Passou a  
34 palavra para o Prof. Sávio. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** disse que

1 achava bastante razoável porque tinha muita incerteza. Se fizessem uma analogia com o início  
2 da pandemia, estavam, entre aspas, atrasados em relação ao resto do mundo, principalmente  
3 na Europa. O que tinham visto em alguns outros países, preocupantemente, era aquela nova  
4 variante, e tinha naquele momento, uma mais nova ainda nos Estados Unidos, que leu,  
5 rapidamente, naquela manhã. Disse que, obviamente, torcia para que desse tudo certo, que  
6 com a vacinação, ao final do verão, estivesse voltando com uma condição mais favorável, mas,  
7 historicamente, quando comparavam o que aconteceu, o cenário não era aquele. O cenário era  
8 de em algum momento aquela variante delta, aquela outra vir a pegar no Brasil. No seu  
9 programa, em particular, o número de casos de ordem psiquiátrica e psicológica aumentaram  
10 muito. Disse que o que tem recebido na pós-graduação era o seguinte jargão dos alunos,  
11 Professor, eu achei que estava bem e, agora, eu percebo que eu estou sendo afetado pela  
12 pandemia constantemente. Comentou que tinha um aluno no seu grupo que estava muitíssimo  
13 preocupado com ele. Achava que teriam de ir caminhando, que pensavam positivo, mas teriam  
14 de caminhar com parcimônia e realmente ver aquela resolução, se precisava fazer alguns  
15 ajustes. Comentou que já não aguentavam mais aquele negócio on-line, congresso, tudo on-  
16 line. Disse que ele e o Prof. Elias estavam, naquele momento, em particular, num workshop na  
17 FEQ discutindo a graduação on-line. Com toda a sinceridade, disse que era um negócio  
18 desagradável de se acompanhar, entediante, ao mesmo tempo que ele tinha a importância e  
19 fosse necessário. Disse que ideia de, entre aspas, ressuscitar o GT para analisar era bastante  
20 razoável e bastante prudente. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. Sávio e passou a palavra  
21 para a Profa. Bárbara. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** disse que abaixou a  
22 mão, na verdade, porque achava que era redundante. A **Sra. Presidente** disse que achava que  
23 teriam de fazer uma avaliação. As questões da saúde mental se mostravam realmente graves,  
24 senão gravíssimas, alguns casos, mas eram sérias e achava que talvez deversem levar em  
25 conta para aquilo. Teria implicações de postergar os prazos de integralização. As bolsas não  
26 eram ampliadas na mesma direção. Sabiam que seria muito difícil obter aquilo. A CAPES  
27 sempre reafirmava que fez seu papel, que foi ano anterior, quando ela estendeu o prazo das  
28 bolsas. Não iria fazer aquilo novamente, enfim, até poderiam perguntar, mas não fariam  
29 novamente. Tinham implicações tudo aquilo, mas achava que teriam de tomar cuidado. Passou  
30 a palavra para a Profa. Cláudia. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse  
31 que queria aproveitar a fala da Profa. Rachel para fazer um convite para todos da comunidade.  
32 Disse que antes queria falar que concordava com a reativação do GT, que achava que seria  
33 fundamental, por exemplo, a Sra. Amanda que também fez parte trazer a percepção dos  
34 alunos. Disse que entendiam desde o começo que conseguiam fazer uma regra geral, mas o



1 papel das CPGs em olhar localmente os seus alunos era fundamental para fazer aquele  
2 acolhimento. Disse que falando em acolhimento, estava fazendo uma propaganda, que na  
3 realidade ela não fazia parte do evento, mas teriam no dia 03/09 a Rede de Mulheres, mas era  
4 para homens, mulheres, mas principalmente para alunos de pós-graduação achava que seria  
5 importante também era o ambiente acadêmico e a saúde mental. Seria um evento às 10 horas,  
6 com diferentes participantes, falando sobre saúde mental no ambiente acadêmico. Disse que  
7 estava pegando o gancho da fala da Profa. Rachel para falar do evento. Depois, se fosse o  
8 caso, poderia passar para as Sras. Juliana e Cristina para transmitirem para todos, porque  
9 achava que era um momento importante para falarem sobre saúde mental no ambiente  
10 acadêmico. A **Sra. Presidente** agradeceu e pediu que passasse as informações que poderia  
11 colocar na página da PRPG e enviar também para as unidades. Comentou que estava  
12 conversando, estava agradável, mas ninguém aguentava mais conversar e trabalhar daquele  
13 jeito. Disse que fazia sentido reativar o GT, talvez pensando já numa proposta para a próxima  
14 reunião da CCPG, o que significaria que as CPGs deveriam fazer uma certa avaliação interna  
15 com seus alunos e docentes para ter uma ideia daquilo, falar com os coordenadores de  
16 programa. Precisavam ter aqueles dados, não era exatamente um levantamento, não era  
17 daquilo que se tratava, mas ter um pouco aquela percepção local para não fazerem algo que  
18 fosse até menos do que deveria e na medida certa. Perguntou se alguém gostaria de se  
19 manifestar. Não havendo, informou que o GT seria reativado e apresentaria uma proposta na  
20 próxima CCPG. Dando sequência, disse que o outro ponto era sobre o acompanhamento das  
21 atividades remotas. Era um item meio que básico dos expedientes da CCPG, mas na verdade,  
22 a PRPG, não tinha nenhum ponto específico. Explicou que na verdade, era somente um ponto  
23 para lembrar a todos que se estivessem tendo problema ou se precisassem de outro tipo de  
24 apoio, enfim, acompanhamento, aquele era o momento de conversarem. Apenas reforçando,  
25 informou que o Comitê de Acompanhamento do Covid estava se reunindo naquela semana.  
26 Haveria uma resolução da Universidade definindo o mês de setembro, quando a maior parte ou  
27 quase a totalidade dos servidores da universidade estariam vacinados, integralmente, para o  
28 retorno presencial – professores, funcionários, pesquisadores. Alunos, naquele semestre já era  
29 definitivo, as aulas teóricas seriam todas remotas e as aulas de algumas unidades que já  
30 tinham uma outra dinâmica, nas áreas de saúde, onde já tinham alunos vacinados, e já  
31 estavam tendo aulas presenciais, continuaria como estava, mas a grande maior parte das  
32 disciplinas e dos alunos da Universidade continuariam de forma remota. Num levantamento  
33 básico, achava que mais de 60% dos alunos eram de fora, então, além de eles serem de fora,  
34 tinham uma variante solta e não sabiam o que iria provocar, então, não tinham como não fazer

1       aquele ano continuar igual. Professores, funcionários e pesquisadores voltariam, na medida da  
2       sua vacinação, para o trabalho presencial e qualquer outra mudança além daquela seria para  
3       2022. Sabendo daquilo, tinham ainda uma peleja com relação ao mundo remoto para dar conta  
4       e com a saúde mental. Por aquele motivo valeria muito a pena reativar o GT para uma nova  
5       orientação, enfim, reforçá-la. Perguntou se alguém gostaria de se manifestar sobre as  
6       atividades remotas ou sobre as atividades presenciais e passou a palavra para ao Prof. Mauro,  
7       informando que na sequência seria a Profa. Cláudia. O conselheiro **Prof. Mauro Cardoso**  
8       **Simões** disse que estavam discutindo na CPG, já imaginando o horizonte em que alguns  
9       funcionários ou docentes adotassem ou não a vacinação. Perguntou à Profa. Rachel como  
10      organizariam o retorno das atividades, porque do ponto de vista do ensino não teriam  
11      presencial, somente a partir do semestre seguinte. Perguntou se as CPGs, programas, as  
12      reuniões das comissões e dos programas retornavam presencial. Disse que ainda estava em  
13      dúvida sobre aquilo. A **Sra. Presidente** perguntou se seria dos funcionários não vacinados. O  
14      conselheiro **Prof. Mauro Cardoso Simões** respondeu que dos funcionários e docentes. A **Sra.**  
15      **Presidente** respondeu que o comitê iria fazer uma deliberação ampla que seria lançada para a  
16      universidade e achava que as orientações estariam nela. Os vários lugares de outros países  
17      estavam definindo que o funcionário público que não quisesse se vacinar não seria obrigado,  
18      mas toda semana iria pagar do próprio bolso o exame para acompanhamento. Não sabia se  
19      seria uma coisa a ser adotada na universidade, mas existiam casos de funcionários, não sabia  
20      de docentes, mas de funcionários e alunos, casos na própria Moradia que o Prof. Ivan relatou  
21      em outro momento, que não queriam se vacinar, e não era por negacionismo, era pela questão  
22      da coisa natural. Disse que não conseguia alcançar até onde iria o risco daquelas pessoas em  
23      função de determinados princípios fundamentalistas, mas, de qualquer maneira, o Comitê  
24      Covid estava prestando atenção naquilo, tinha um certo levantamento daquilo e iria colocar  
25      algumas medidas ou prevenções. Disse que estavam acompanhando e que mencionou na  
26      reunião para reforçar. O segundo semestre de 2021 era remoto, na não se onde já tivesse  
27      condições de fazer a ocupação do espaço correta e a vacinação estivesse integral. A  
28      conselheira **Prof. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que com relação ao comentário da  
29      Profa. Rachel, sobre o trabalho remoto, disse que, na pós-graduação, tiveram um ganho, se  
30      determinados olhares fossem colocados para o que aconteceu, que tiveram ganhos em alguns  
31      aspectos, e citou como exemplo, as bancas. Disse que antes um membro podia participar  
32      remotamente, mas era restrito a um membro da banca ou algo assim. Disse que quando  
33      faziam algumas disciplinas que podiam alcançar pessoas que não estavam ali localmente e  
34      poderiam assistir do Norte, Nordeste, Sudeste, ou até mesmo de outro país, que já levantaram

1 por diversas ocasiões na CCPG das benesses do trabalho remoto. Disse que não gostaria que  
2 perdessem aquilo de vista, junto à Administração Central, de discutirem o que poderia  
3 continuar e o que poderiam deixar de maneira, não gostava da palavra híbrida, mas achava  
4 que, na realidade, o que poderiam manter daquilo que fosse benefício para a pós-graduação e  
5 que poderiam manter daquela maneira ou intermediar ou deixar à vontade para que fosse  
6 decidido, dependendo da situação, mas entendia que, em alguns pontos, tiveram ganho e que  
7 aquilo não se perdesse no retorno presencial. A **Sra. Presidente** concordou com a Profa.  
8 Cláudia, disse que ela mesma fez bancas que não teria feito sem aquela possibilidade remota,  
9 trazendo gente da Inglaterra, França. Era muito positivo, dentro do que poderiam chamar de  
10 positivo naquela onda toda. Disse que iria requerer, lá na frente, fazer algumas alterações  
11 regimentais, como fazia uma defesa de tese ou de dissertação. Achava que ainda poderia  
12 esperar um pouquinho, porque não sabiam até onde aquela medida iria manter o seu estatuto  
13 de emergencial, que naquele momento tinha o estatuto de exceção, feita pela pandemia. Disse  
14 que futuramente, poderia adquirir um estatuto de regular dentro do regimento de como poderia  
15 fazer uma banca de defesa ou praticar disciplinas especiais, de um convidado estrangeiro de  
16 um projeto que ele não viria da Inglaterra para cá. Seria uma disciplina que os alunos poderiam  
17 cursar, tanto estrangeiros como da própria Unicamp. Disse que lá para frente poderia ser  
18 uma pauta da CCPG, para que perdesse o estatuto de exceção e passasse a ter uma ideia de  
19 regularidade. Seguindo no expediente, disse que o próximo assunto era o PROAP, um  
20 lembrete para todos os que tinham recursos da CAPES para serem utilizados. Comentou que,  
21 inclusive, quando houve mudança de coordenador, alguns não prestaram muita atenção e  
22 postergaram um pouco aquela própria mudança de coordenador, porque não era um recurso  
23 que iria faltar, existia um recurso no programa, mas não gostavam, de fato, de não usar o  
24 recurso da CAPES, porque ele poderia não retornar. Disse que não nunca tiveram uma regra  
25 como aquela, que a CAPES não dizia com clareza que se não usasse o recurso nunca mais  
26 teria, mas tinham receio sobre os procedimentos que vinham das agências. Disse que naquele  
27 momento tinham por volta de R\$1,5 milhão de recursos empenhados da CAPES, e pouco mais  
28 de R\$3 milhões para gastos nos programas todos, então, pediu aos coordenadores que  
29 prestassem atenção nos gastos do PROAP. No item seguinte, PED, passou a palavra para o  
30 Prof. Elias. O **Prof. Elias Basile Tambourgi** disse que estavam na fase final de análise das  
31 listas de espera e achava que já foram trinta e cinco alunos em lista espera que foram inseridos  
32 no sistema e alterações de projeto. Disse que a partir daquela data, com a aprovação do  
33 calendário da pós-graduação na ordem do dia, a Sra. Bárbara iria elaborar o calendário do  
34 PED 2022 e que pretendiam fazer o encontro PED/PAD depois do dia 20 de outubro, com o

1 tema Pandemia e Saúde Mental. Estavam entrando em contato com a Profa. Tania, e o  
2 pessoal do EA2 para tentar viabilizar aquela palestra, que seria muito interessante, bem atual e  
3 ia ao encontro do que a Profa. Cláudia falou. Disse que poderiam conversar depois e até pegar  
4 uma parte da palestra e colocar no Encontro PED/PAD. Comentou que uma coisa que poderia  
5 impactar um pouquinho em 2022 seria que a fórmula de cálculo da verba do PED estava  
6 atrelada à carga média didática do docente. Então, aquelas unidades que optaram por não  
7 oferecer cursos de laboratório teriam a sua carga didática média abaixada, então, poderia ser  
8 que no primeiro semestre de 2022, alguma unidade que já tivesse uma perspectiva de verba x,  
9 tivesse um pouco menos porque a própria fórmula de cálculo do PED os impunha aquilo.  
10 Recebiam aquela informação numa Deliberação CEPE. Disse que outra coisa que conversou  
11 com a Sra. Bárbara e que muitas unidades estavam entrando em contato, era que tentavam  
12 atender a todos os pedidos de excepcionalidade. Disse que a equipe da PRPG, inclusive ele,  
13 eram muito sensíveis, mas sempre esbarravam no problema do sistema, que não atendia ou  
14 não aceitava, e era complicado fazerem excepcionalidade. Pediu a compreensão de todos, que  
15 enviavam as diversas solicitações para a DAC, para a Sra. Lilian, quando não conseguiam  
16 resolver na PRPG, mas infelizmente não dava para fazer nada. Disse que contaria um caso,  
17 que no último dia de inscrição do PED a Sra. Bárbara avisou que somente metade dos alunos  
18 tinham se inscrito no PED, e conseguiram, dentro do calendário alterar o período para que os  
19 alunos pudessem se inscrever no PED. Algumas ações conseguiam fazer dentro do calendário,  
20 mas não podiam retroagir no calendário. Perguntou para o Sr. Fernandy se estava correta a  
21 sua colocação. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** confirmou. O **Prof. Elias Basile**  
22 **Tambourgi** comentou que quando houve a migração do sistema da PRPG para o SIGA, feito  
23 no último ano do mandato do Prof. Tadeu, disse que na época, conversou com o Sr. Toninho,  
24 Diretor Acadêmico, depois foi o Sr. Orlando, e o que acertaram era um jeito de interagir com o  
25 sistema PED um pouco diferente. Estava tentando resgatar, porque, naquela época a ideia era  
26 deixar menos burocrático o sistema. Disse que iria conversar com o Sr. Fernandy para ver se  
27 conseguiam fazer alguma alteração para evitar muita burocracia no sistema. A **Sra. Presidente**  
28 agradeceu ao Prof. Elias. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** pediu a palavra e respondeu ao  
29 Prof. Elias que foi feito naquele primeiro momento do PED um sistema menos burocrático.  
30 Explicou que após, houve uma grande alteração no PED, uma reformulação, onde seguiram  
31 algumas regras, e para alterar novamente precisariam verificar toda a regra novamente e  
32 alterar não seria problema. Mas naquele momento, do jeito que estava, ele estava muito  
33 engessado. Disse que achava que não deveria ter período de inscrição, deveria estar aberto, o  
34 aluno se inscrevia, a unidade aprovava-o durante o período do semestre, mas como estava

1 definido, estavam presos ao calendário, em tudo, na inscrição do aluno. O **Prof. Elias Basile**  
2 **Tambourgi** perguntou se o Sr. Fernandy se lembrava da primeira proposta feita com a Sra.  
3 Maria do Rosário. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu afirmativamente. O **Prof.**  
4 **Elias Basile Tambourgi** disse que a proposta que fizeram com a Sra. Maria do Rosário seria  
5 diferente, do jeito que estava era muito parecido com o sistema antigo. O **Sr. Fernandy**  
6 **Ewerardy de Souza** respondeu afirmativamente. O **Prof. Elias Basile Tambourgi** disse que  
7 era muito parecido, só que no sistema antigo conseguiam mexer porque o sistema era da  
8 PRPG, e não da DAC, que tinha aquela dificuldade para abrir e fechar o sistema. Disse que iria  
9 conversar com o Sr. Fernandy e tentar levar para a comissão do PED uma proposta que fosse  
10 mais maleável à inscrição e à migração do PED. Estava muito burocrático. O **Sr. Fernandy**  
11 **Ewerardy de Souza** respondeu afirmativamente, que não teria problemas. A **Sra. Presidente**  
12 agradeceu e passou a palavra para a Profa. Altair. A **Profa. Altair Antoninha Del Bel Cury**  
13 disse que gostaria de lembrá-la para falar sobre o remanejamento do PROAP. A **Sra.**  
14 **Presidente** agradeceu e disse que se esqueceu de mencionar na hora que falou do PROAP.  
15 Informou que o remanejamento seria em setembro, que estavam com cuidado com os prazos e  
16 gastos daquele recurso. Lembrou a todos que até setembro seria o remanejamento das  
17 rubricas que tiveram de ocorrer. Comentou que a Sra. Marli tinha tido contato intenso e regular  
18 com todo mundo, mas que era bom que todos tivessem aquele cálculo de tempo na cabeça. O  
19 prazo de remanejamento das rubricas do PROAP seria setembro, para dar tempo de fazer toda  
20 a tramitação de gastos. Finalizados os itens do expediente, disse que queria comentar que no  
21 dia seguinte teria junto com os Pró-Reitores da USP e UNESP, Profs. Carlos Carlotti e Maria  
22 Valnice, teriam uma reunião com a Presidente da CAPES, e que conversaram bastante como  
23 encaminhariam a reunião, porque tudo era muito complicado na CAPES. Comentou que as  
24 nomeações feitas nos últimos dias e a conduta que ela vinha tendo, o próprio comportamento  
25 do CTC com relação à Presidente tinha sido de muito conflito e tinha provocado reações dela  
26 também em relação àquilo. Disse que os pró-reitores assumiram uma conduta, que achava  
27 interessante compartilhar, que não seria de brigar com a CAPES, porque tinham uma  
28 dependência da CAPES, mil e tantas bolsas, tinham acesso ao sistema e eram parte  
29 importante do sistema de pós-graduação. Disse que o problema era sempre a CAPES, não era  
30 a presidência da agência, mas tinham de travar aquela relação. Disse que iriam propor e  
31 oferecer determinadas sugestões para que ela conseguisse fazer o sistema funcionar, porque  
32 ela não estava conseguindo, ou por desconhecimento, ou por não querer, não sabiam o que  
33 era, e o diagnóstico não cabia às universidades. O fato era que o sistema não estava  
34 funcionando corretamente, então iriam sugerir a ela começar a pensar no quadriênio que

1 iniciava, no novo plano nacional de pós-graduação, que finalizou em 2020, e não começaram a  
2 pensar num outro, num outro PNPD. Disse que iriam oferecer a ela um determinado apoio,  
3 sugestões, e a proposição de criação de GTs. Iriam travar um certo contato e uma certa  
4 relação amigável. Ela mesma talvez estivesse esperando aquilo da reunião com as três  
5 universidades paulistas. Disse que os três pró-reitores eram muito críticos ao que estava  
6 acontecendo na CAPES, mas não se tratava de fazer uma reunião para criar mais conflito  
7 ainda, mas de que fosse uma reunião propositiva. Não deixariam de ser críticos, se fossem  
8 colocadas opiniões sobre algumas coisas, dificilmente fariam numa outra direção, mas a ideia  
9 era que fosse propositivo para fazer funcionar. Seria uma certa parceria, se ela quisesse  
10 entender daquela maneira, seria interessante. Poderia ser importante até para ela montar  
11 grupos de trabalho, para ela fazer um novo PNPD que era importante para a pós-graduação  
12 inteira do país. Disse que queria compartilhar um pouco a visão de como queriam proceder  
13 com a CAPES. Pelo menos as três universidades paulistas estavam juntas naquela visão que  
14 tinha de ser propositiva. Não adiantava querer desocupar o espaço para que ele fosse ocupado  
15 pela incompetência reinante que já vinha acontecendo no Governo Federal. Não queriam  
16 desocupar o espaço, não queriam ficar de lado por conta dos seus princípios ou críticas,  
17 porque senão danificariam um sistema muito bem construído. Aquela era a preocupação. Disse  
18 que após a reunião compartilharia novamente e perguntou se alguém gostaria de fazer algum  
19 comentário. O **Prof. Elias Basile Tambourgi** disse que estava relacionado com o CNPq,  
20 lembrando os docentes de acessarem o Lattes. Disse que aparentemente a Plataforma Lattes  
21 voltou, mas era bom verificarem como eles importaram os dados. A **Sra. Presidente**  
22 agradeceu e passou a palavra para o Prof. Douglas. O conselheiro **Prof. Douglas Fernandes**  
23 **Barbin** disse que gostaria de complementar que o Lattes voltou, mas a Carlos Chagas não e  
24 tinham o problema das atribuições das bolsas quando recebessem, se saíssem naquele  
25 momento, quem iria pedir bolsa produtividade. Perguntou se a PRPG tinha alguma informação.  
26 A **Sra. Presidente** respondeu negativamente. Disse que tinham a informação do próprio CNPq  
27 que todos os prazos estavam ampliados. A PRP tinha os mantido informados, mas, sobre  
28 aquilo, não falou nada. Disse que eles estavam tendo contato meio que corrente com o CNPq.  
29 O conselheiro **Prof. Douglas Fernandes Barbin** agradeceu. A **Sra. Presidente** perguntou se  
30 mais alguém gostaria de se manifestar. O conselheiro **Prof. Mauro Cardoso Simões** desejou  
31 boa sorte e muita paciência à Profa. Rachel na reunião. A **Sra. Presidente** respondeu que  
32 treinaram no dia anterior para a reunião. Passou a palavra para o Prof. Sávio. O conselheiro  
33 **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** disse que umas dúvidas surgiram no programa em  
34 relação as bolsas MAI/DAI do CNPq. Uma delas era que as empresas estavam pedindo um

1 contrato, um acordo de confidencialidade e um colega perguntou se aquele acordo bastava ser  
2 tramitado nas instâncias da FEQ ou teria que seguir todas as instâncias de um convênio  
3 tradicional. A outra pergunta era se tivesse que tramitar em toda a Unicamp, se as bolsas já  
4 poderiam ser implementadas ou elas teriam de esperar o trâmite por completo. A **Sra.**  
5 **Presidente** respondeu que teria de verificar e passava um retorno. O conselheiro **Prof. Sávio**  
6 **Souza Venâncio Vianna** agradeceu. A **Sra. Presidente** passou a palavra para o Prof. Elias. O  
7 **Prof. Elias Basile Tambourgi** disse que recebeu um e-mail do CNPq, naquela manhã,  
8 reforçando que a submissão de proposta à chamada do CNPq permanecia suspensa e os  
9 prazos seriam prorrogados. Assim que possível seriam divulgados novos calendários para  
10 todas as chamadas. A **Sra. Presidente** disse que então continuavam sem a Plataforma Carlos  
11 Chagas e passou a palavra para o Prof. Luiz. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt**  
12 disse que sobre a Plataforma Carlos Chagas, tinha a atribuição de bolsas também, não era  
13 somente a submissão de projetos. Tinham uma fila de alunos para implementar bolsas e não  
14 sabiam como proceder, porque não tinham como implementar aquelas bolsas e não sabiam  
15 como proceder. A **Sra. Presidente** respondeu que poderia perguntar à PRP como eles  
16 estavam fazendo contato com o CNPq e a PRPG entrar em contato para saber como fazer com  
17 a atribuição das bolsas. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt** disse que se tivesse  
18 alguma informação, agradeceria. A **Sra. Presidente** disse que daria um retorno e passou a  
19 palavra para o Prof. João. O conselheiro **Prof. João Batista Fogagnolo** disse que eles, da  
20 Faculdade de Engenharia Mecânica, ainda não conseguiram visualizar se o CNPq aprovou ou  
21 não os pedidos de bolsa daquele segundo semestre com o novo critério. Disse que não  
22 submeteram um novo projeto, aproveitaram o do semestre anterior, mas, até aquele momento,  
23 ainda não conseguiram achar onde estava aquela informação. Disse que não estava na sua  
24 área e nem na área do antigo coordenador. A **Sra. Presidente** respondeu que o coordenador  
25 do programa teria de ter recebido um e-mail. A PRPG não tinha acesso as informações do  
26 CNPq, apenas acesso à CAPES. O coordenador do programa, com a sua senha pessoal,  
27 conseguiria ver as informações. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** disse que  
28 se lembrava de ter saído um arquivo em pdf para todo mundo da chamada zero. A **Sra.**  
29 **Presidente** respondeu afirmativamente. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna**  
30 disse que não tinha o arquivo, mas que poderia tentar conseguir com outro colega até de outra  
31 universidade, porque o da FEM, se fosse o caso, também teria saído no pdf. O conselheiro  
32 **Prof. Nelson Henrique Morgon** pediu a palavra e disse que a informação se encontrava no e-  
33 mail do pesquisador do CNPq. O problema era para acessar o e-mail do pesquisador o site do  
34 CNPq estava fora. A **Sra. Presidente** respondeu que teriam que tentar conseguir a informação

1 por telefone. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** disse que era o que estava  
2 falando, que quando divulgaram a informação também soltaram o arquivo em pdf e que algum  
3 colega, não necessariamente da Unicamp, deveria ter baixado e teria como a FEM saber se foi  
4 contemplada. Disse que poderia se comprometer de ver com os colegas se conseguia aquele  
5 documento e repassaria para o Prof. João. Era uma prévia. O conselheiro **Prof. João Batista**  
6 **Fogagnolo** agradeceu e disse que até aquele momento não conseguiram aquela informação.  
7 O conselheiro Prof. Nelson Henrique Morgon disse que aquela prévia foi a seleção da primeira  
8 fase. O CNPq não soltou o resultado definitivo porque estava no período de interposição de  
9 recurso, que já deveria ter sido terminado. Aquela era a única informação, que eles deram uma  
10 indicação no e-mail do pesquisador. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna**  
11 concordou. O conselheiro **Prof. João Batista Fogagnolo** perguntou se algum coordenador da  
12 CCPG teve a resposta e já estava implementando aquelas bolsas ou não. O conselheiro **Prof.**  
13 **Sávio Souza Venâncio Vianna** respondeu negativamente. Disse que o problema no CNPq,  
14 além do que já foi dito, estourou exatamente no período de revisão de recurso, então,  
15 basicamente parou tudo. Achava que ninguém tinha a resposta final. A **Sra. Presidente**  
16 concordou e disse que o Prof. João não estava atrasado, estava todo mundo no mesmo vácuo.  
17 Perguntou ao Prof. Marcelo se ele se inscreveu para trazer notícias da PRP. O **Prof. Marcelo**  
18 **Brocchi** respondeu afirmativamente. Cumprimentou os presentes e disse que não tinha  
19 nenhuma informação precisa com relação a inserção das bolsas, mas iria levar a questão para  
20 a Pró-Reitoria de Pesquisa e iria conversar com o Prof. João, Rinaldo e Ariane para ver se  
21 tinham ou se conseguiam coletar alguma informação mais definitiva e depois daria um retorno.  
22 A **Sra. Presidente** agradeceu. Perguntou se tinham alguma notícia sobre a Carlos Chagas na  
23 PRP. O **Prof. Marcelo Brocchi** respondeu negativamente. Disse que estavam em contato  
24 direto com o CNPq, mas ainda não tinham um retorno com relação à volta da Carlos Chagas.  
25 Disse que estavam preocupadíssimos também. A **Sra. Presidente** agradeceu. O conselheiro  
26 **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** disse que no link postado no chat pelo Prof. Luiz  
27 Fernando, tinha de mestrado e doutorado e, pelo o que viu, o parecer da Engenharia Mecânica  
28 foi favorável. A **Sra. Presidente** disse que se depois pudesse passar mais alguma coisa para o  
29 Prof. João já resolveria. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** respondeu que o  
30 Prof. Luiz postou o link no chat e era aquele o documento ao qual se referiu. A **Sra. Presidente**  
31 respondeu que estava perfeito e informou que os próximos inscritos eram a Profa. Rosângela e  
32 o Prof. Ariovaldo. A conselheira **Profa. Rosângela Ballini** disse que iria complementar a  
33 informação para o Prof. João, que no Instituto de Economia tiveram a mudança de  
34 coordenação de pós-graduação e a coordenadora anterior que havia encaminhado o projeto



1 para um dos programas, no caso, do Programa de Desenvolvimento Econômico. E que ela  
2 recebeu, por e-mail, quando eles divulgaram aquela informação prévia sobre o número de  
3 bolsas, se tinha sido aprovado ou não, em relação ao projeto do ano anterior, aquela  
4 informação prévia. A **Sra. Presidente** disse que foi antes de cair o sistema todo. A conselheira  
5 **Profa. Rosângela Ballini** concordou. A Sra. Presidente passou a palavra para o Prof.  
6 Ariovaldo. O conselheiro **Prof. Ariovaldo José da Silva** disse que para ajudar e informar ao  
7 prof. João, que também se manifestou somente por e-mail, não mandou o povo projetos para  
8 as bolsas de doutorado e recebeu, até na semana da interposição de recurso, um e-mail  
9 comunicando o número de bolsas. Recebeu e foram atribuídas as bolsas de doutorado sem  
10 mandar o projeto. O pdf que o Prof. Sávio mencionou era somente referente aos projetos que  
11 enviaram de mestrado. A resposta do doutorado não constava no pdf, somente no e-mail  
12 mesmo, mas também estava aguardando liberar para fazer a atribuição e daquilo não tinha  
13 mais nada. O conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** disse que era aquilo mesmo.  
14 Achava que uma informação importante para o Prof. João e que devia estar valendo para todo  
15 mundo. O CNPq seguiu exatamente o que estava no edital, então, quando viu que as bolsas  
16 que iam vencendo, aquele corte, que eles não chamavam de corte, deu na risca, o seu  
17 programa ganhou, se não se enganava, vinte e oito bolsas. Se ele fizesse aquela conta, como  
18 o dele foi favorável nos dois, pelo o que viu, deveria estar valendo aquilo, daria para ele ter  
19 uma estimativa no número de bolsas que iria receber quando o sistema voltasse. O conselheiro  
20 **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira** pediu a palavra e disse que no seu caso, perderam  
21 uma bolsa fazendo aquela continha, e aquilo era muito estranho. Disse que entrou antes de a  
22 Carlos Chagas sair do ar e perderam um bolsa porque não atribuíram um aluno. Era muito  
23 engraçado aquilo, porque não tinha como atribuir nenhum aluno para nenhuma bolsa. A bolsa  
24 não existia. Tinha problemas no sistema já antes de ele cair do ar. Disse que recorreu, mas  
25 estava aguardando uma resposta. A **Sra. Presidente** respondeu que não adiantava muito  
26 continuar com a discussão do CNPq sem acesso à plataforma e a continuidade do processo  
27 todo. Disse que assim que tivesse alguma informação repassaria aos coordenadores. Achava  
28 que tinham terminado os principais temas, agradeceu a presença de todos. Disse que na  
29 próxima reunião já teriam um retorno sobre a questão do prazo de integralização e agradeceu  
30 ao GT que iria se reunir para tratar daquilo e que contaria sobre a Reunião com a CAPES. O  
31 conselheiro **Prof. Sávio Souza Venâncio Vianna** perguntou se os deixariam curiosos até a  
32 reunião seguinte. A **Sra. Presidente** respondeu que poderia escrever um e-mail depois da  
33 reunião, se fosse bom, se não, deixaria para a reunião seguinte. O conselheiro **Prof. João**

- 1 **Batista Fogagnolo** pediu a palavra, mas sua imagem congelou e o áudio travou. A **Sra.**
- 2 **Presidente** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

NOTA: A presente Ata foi aprovada na **389ª**  
**Reunião Ordinária da CCPG**, realizada em 10 de  
novembro de 2021.